

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FABRÍCIO ANDRÉ ZANGHELINI

1954 E 1964: A CONSOLIDAÇÃO DO IMPERIALISMO NO BRASIL

**FLORIANÓPOLIS,
2017**

FABRÍCIO ANDRÉ ZANGHELINI

1954 E 1964: A CONSOLIDAÇÃO DO IMPERIALISMO NO BRASIL

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais, Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva

**Florianópolis (SC),
Dezembro, 2017**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **10,0 (dez)** ao aluno **Fabício André Zanghelini**, na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva

Prof. Ms. Daniel da Cunha Corrêa da Silva

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos

À esperança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo mais valioso legado do amor, sobretudo aos meus pais que, mesmo sem terem tido a oportunidade de acesso a um curso superior, sempre apoiaram e incentivaram imensamente todos os seus filhos a alcançar esse título.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Valdir Alvim, pela orientação, pela amizade e pelo exemplo de modéstia e de compromisso com o pensamento crítico, algo cada vez mais raro no universo da academia. Agradeço também pelos seus conselhos e reflexões durante as aulas, os quais, inclusive, ajudaram-me a compreender como qualquer lugar pode se tornar uma oportunidade para o aprendizado e que, além disso, nem todos somos iguais e, por isso, cada um tem o seu próprio tempo. Agradeço ao Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques que, sempre estando ao “pé do canhão”, foi um verdadeiro divisor de águas para que eu transcendesse da consciência ingênua para a consciência crítica. Nenhum agradecimento ficaria completo sem estender a todos os demais professores do Departamento que tiveram e têm, em graus diversos, algum tipo de comprometimento com a educação libertadora e aos técnicos administrativos que exercem suas funções para que tudo funcione nesta Universidade.

Sou igualmente grato por todas as amizades que construí nesses anos morando em Florianópolis, mas, principalmente, aos meus amigos lageanos, pois juntos crescemos e nos mantemos numa bela amizade desinteressada. Agradeço-lhes por todo o apoio que me deram para que eu nunca desistisse da graduação, inclusive, nos momentos mais conturbados e nos quais eu precisava tomar importantes decisões. Por fim, agradeço a todos os encontros, desencontros e amores que passaram por minha vida. Cada um com o seu jeito e seu propósito ensinaram-me e ajudaram-me a tentar ser uma pessoa melhor a cada dia.

Ponha o ombro no andor, companheiro, faça força você também. Se não cuidarmos deste país que é nosso, os gerentes das multi e seus servidores e sequeles civis e militares continuarão forçando o Brasil a existir para eles.

(Darcy Ribeiro)

RESUMO

ZANGHELINI, Fabrício André. **1954 e 1964**: a consolidação do imperialismo no Brasil. Florianópolis, 2017. 85f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico.

O objetivo desta investigação é demonstrar o pano de fundo da interferência do imperialismo estadunidense, de suas empresas multinacionais, na deposição do Presidente Getúlio Vargas, em 1954, e do Presidente João Goulart, em 1964. A problemática central traduz o golpe civil-militar e a influência imperialista estadunidense, e dos países centrais, nas intensas interferências de ordem econômica e política que golpearam do poder Getúlio Vargas e João Goulart. Estes acontecimentos, vistos pela concepção do capital monopolista internacional e associado, demonstraram o quanto os interesses específicos de empresas multinacionais se colocam na consolidação do desenvolvimento dependente brasileiro. A perspectiva histórico-estrutural demonstrou que a história do subdesenvolvimento do Brasil é produto das relações político-econômicas com capital monopolista internacional e associado. Nesta perspectiva, se busca evidenciar as tentativas dos pactos de classe diante dos conflitos e acontecimentos conjunturais, insuficientes e não necessariamente antagônicos, entre a burguesia, as oligarquias latifundiárias brasileiras, e a burguesia internacional. Conclui-se que nestas relações de classes há uma unidade pura que invariavelmente reagiu com golpes de Estado para impedir qualquer ascensão das classes subalternas, reprimindo movimentos políticos e sociais de resistência ao agravamento do subdesenvolvimento, limitando a autodeterminação dos povos. Neste sentido, qualquer estratégia que envolva unidade das classes populares com as classes burguesas é ilusória, pois a luta contra esse sistema só é possível através da noção da luta de classes.

Palavras-chave: Imperialismo; Getúlio Vargas; Leonel Brizola; João Goulart.

ABSTRACT

ZANGHELINI, Fabrício André. **1954 and 1964**: the consolidation of imperialism in Brazil. Florianópolis, 2017. 85f. Monography (Undergraduate) - Federal University of Santa Catarina, Socioeconomic Center.

The purpose of this investigation is to demonstrate the background of the interference of US imperialism and its multinational corporations in the deposition of President Getulio Vargas in 1954 and President João Goulart in 1964. The central problem is the civil-military coup and the imperialist influence of the United States, and the central countries, in the intense economic and political interference that struck Getulio Vargas and João Goulart from power. These events, seen in the conception of international and associated monopoly capital, demonstrated how much the specific interests of multinational companies are placed in the consolidation of Brazilian dependent development. The historical-structural perspective has demonstrated that the history of Brazil's underdevelopment is the product of political-economic relations with international and associated monopoly capital. In this perspective, the attempt is made to show the attempts of the class pacts in the face of the conflicts and events, short and not necessarily antagonistic, between the bourgeoisie, the Brazilian latifundia oligarchies, and the international bourgeoisie. It follows that in these class relations there is a pure unity which invariably reacted with coups d'état to prevent any rise of the subaltern classes, suppressing political and social movements of resistance to the aggravation of underdevelopment, limiting the self-determination of the peoples. In this sense, any strategy that involves the unity of the popular classes with the bourgeois classes is illusory, since the struggle against this system is only possible through the notion of the class struggle.

Keywords: Imperialism; Getúlio Vargas; Leonel Brizola; João Goulart.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Tema e problema de investigação	12
1.2. Objetivos	18
1.2.1. Objetivo Geral	18
1.2.2. Objetivos Específicos	19
2. METODOLOGIA	20
3. O GOLPE DE 1954 E A CONSOLIDAÇÃO DO IMPERIALISMO	22
3.1. A revolução de 1930	22
3.2. A revolução constitucionalista, 1932	26
3.3. O estado novo, 1937	27
3.4. A primeira deposição de Vargas, 1945	31
3.5. O retorno de Vargas, 1951	34
3.6. O golpe imperialista, 1954.....	39
4. OS HERDEIROS POLÍTICOS DE VARGAS E O GOLPE DE 1964	45
4.1. A renúncia de Jânio Quadros e a campanha da legalidade	46
4.2. Os conchavos para o golpe parlamentar.....	50
4.3. Os anos do parlamentarismo	51
4.4. A ascensão do executivo nacional-reformista	55
4.5. As imposições estadunidenses e as definições de classe	59
4.6. O complexo político-militar IPES/IBAC e a atuação dos EUA.....	60
4.7. A ofensiva conservadora e a debilidade política do governo.....	63
4.8. O ano de 1964 e o início de um novo fim	65
4.9. A operação <i>Brother Sam</i> e o golpe final imperialista.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, conforme objetiva-se investigar, o marco das imposições imperialistas, comandadas pela oligarquia financeira anglo-americana através de cartéis transnacionais e coadjuvada por agente locais, reside em um golpe político contra o Presidente Getúlio Vargas, o qual, inclusive, iria custar-lhe a vida, em agosto de 1954. Vargas entendia que o desenvolvimento do Brasil seria possível apenas se houvesse autonomia nacional. A sua retirada do poder está relacionada, sobretudo, ao projeto político-econômico imperialista, que desejava obter o grosso dos mercados da indústria brasileira, bem como impedir o surgimento de uma potência no Hemisfério Sul – fato esse declarado pelo diplomata estadunidense Henry Kissinger (BENAYON, 2015 c). Assim, o processo de industrialização brasileira passou a ser integrado e absorvido gradativamente por corporações multinacionais, de acordo com as estratégias de acumulação e de concentração do capital global (DREIFUSS, 1986, p. 62).

Na continuidade do processo de investigação, analisa-se o golpe de Estado de 1964. Novamente, os agentes das transnacionais anglo-americanas (organizados com o governo de seus países, apoiados pelo conjunto de forças geradas desde a retirada de Vargas e em conluio com a congênere burguesia nacional – em especial, a burguesia bandeirante -, com os políticos, com os jornalistas e com os militares) coordenaram, para deterem o controle do poder local, outro golpe de Estado, a fim de retirar do governo o Presidente João Goulart. Na análise de Marini (apud MUNTEAL; VENTAPANE, 2006, p. 11),

[...] os agentes internos [do golpe de 1964] representantes de pesados interesses de classe (banqueiros, controladores dos meios de comunicação e empresários), associados às demandas do capital estrangeiro, possibilitaram a ascensão de uma nova elite no poder. Esta se caracterizou por uma postura marcada pela violência contra os pobres [...] sob o invólucro de um motor de classe representado pelo moderno empresário schumpeteriano.

O golpe civil-militar de 1964 foi impreterível, pois as tentativas de impedir a posse de João Goulart, inclusive com a instalação do parlamentarismo, foram malsucedidas. Além disso, o seu programa de governo, um projeto desenvolvimentista de perspectiva nacionalista e reformista que buscava, entre outras coisas, incorporar os setores populares, caracterizava-se como uma ameaça aos interesses conservadores. No plano internacional, ainda que já

houvesse forte movimentação do Presidente John Kennedy contra Goulart, foi em 1963, após o seu assassinato e da posse de Lyndon Johnson, que o governo estadunidense abandonou a “Aliança para o Progresso” – que pretendia estabelecer modificações nas estruturas sociais dos Estados “atrasados” da América e, desse modo, impedir o aparecimento de movimentos revolucionários – para priorizar de vez a adoção de regimes ditatoriais locais sob o lema “desenvolvimento e segurança” (MUNTEAL; VENTAPANE, 2006, p. 9). Somada a esses pontos, havia inclusive a razão imperialista de fazer do Brasil uma submetrópole latino-americana (MARINI apud VASCONCELLOS, 2014, p. 79 b) e de impedir que Leonel Brizola assumisse a Presidência da República no ano seguinte (1965), pois certamente ele intensificaria as políticas de diretrizes trabalhistas e antiimperialistas (VASCONCELLOS, 2008, p. 7).

É notável, na história brasileira, que todos os governos civis que se negaram a colaborar com o imperialismo dos países centrais, preocuparam-se com um reformismo social amplo e transformador da realidade e buscaram estabelecer um projeto de desenvolvimento nacional autônomo com distribuição de renda foram desestabilizados do poder (TERRA, 1993, p. 15). Segundo Paulo Freire (2012, p. 158), isso ocorre invariavelmente com qualquer líder ao aproximar-se, ainda que discretamente, das massas populares, sem o consentimento estratégico das oligarquias dominantes. Em semelhante análise, Paul Baran (1964, p. 275) complementa o raciocínio dizendo que as grades empresas ocidentais

[...] fazem uso de todo o seu imenso poder para sustentar, nas regiões atrasadas, as administrações que lhe são fiéis, para quebrar e corromper os movimentos políticos e sociais que lhe sejam opostos e para derrubar quaisquer governos progressistas que possam alcançar o poder e que se recusem a obedecer e a se submeter a seus desígnios imperialistas. [...] tais operações podem ser transferidas para os governos de seus países de origem [...] para auxiliar a empresa privada que esteja encontrando obstáculos para o desenvolvimento da sua tarefa.

Em 1969, por fim, a apropriação da economia brasileira por interesses multinacionais era inevitavelmente um fato consumado (DREIFUSS, 1986, p. 62). Assim, o objetivo nuclear dessa investigação é verificar as influências imperialistas sobre o Brasil nos anos de 1954 e 1964 e também mostrar que qualquer unidade das classes populares com as classes burguesas é ilusória, pois a luta contra esse sistema só é possível através da noção da luta de classes.

De acordo com Guerreiro Ramos: “Para a classe operária, a união nacional contra o imperialismo é uma união com luta de classe. Somente para o burguês nacionalista é concebível essa união sem luta de classe.” (apud SCHILING, 1979, p. 212). Conforme já explicavam Marx e Engels (2001, p. 57), a hostilidade entre nações somente desaparecerá quando forem superados os antagonismos de classes.

Ainda que o caminho seja tortuoso e que redunde em perigosas reações dos países hegemônicos, o nacionalismo antiimperialista faz-se necessário para romper com a dependência externa e para legitimar o desenvolvimento local e, com isso, proteger o trabalho, o capital e o conhecimento nacional, comprometendo-se, sobretudo, com os demais interesses coletivos. O nacionalismo periférico é a antítese do nacionalismo chauvinista dos países imperialistas, pois apresenta um caráter emancipatório, libertador e não mantém os traços alienantes e seculares, mas revela uma nação que antes não existia. Tampouco é uma ideologia, mas, sim, um sistema cultural amplo e revolucionário.

Ressalta-se, enfim, que é inexpugnável pelas vias espontâneas do mercado superar o atraso econômico-social. A luta revolucionária (nacionalista e antiimperialista) das classes subalternas é, por assim dizer, o único meio para romper com a dependência e com o subdesenvolvimento dos países periféricos (VASCONCELLOS, 2015, p. 107).

1.1. TEMA E PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

A presente investigação tem como problema central o imperialismo dos países centrais e a sua intensa interferência (econômica direta e política indireta) no Brasil, uma vez que, em razão disso, ocorre a perpetuação do atraso e a supressão de qualquer tentativa de transformação da ordem existente.

É na periferia do sistema capitalista que o fato central e dominante de nossa época se torna visível a olho nu: os mecanismos desse sistema, inicialmente idealizados como poderosos instrumentos de desenvolvimento econômico, convertem-se em não menos formidável obstáculo ao progresso

humano (BARAN, 1964, p. 335). A história do capitalismo é feita por uma construção política, conforme apontam Karl Marx e Friedrich Engels no *Manifesto Comunista* (2001, p. 26): “cada uma das etapas do desenvolvimento da burguesia acompanhou-se de um progresso político correspondente”. Em linhas gerais, foi a construção política decorrente da multissecular acumulação primitiva de capital, das tensões feudais e da ascensão da classe burguesa que antecederam historicamente o modo de produção especificamente capitalista.

Nesses termos, os processos históricos derivam de ações sociais efetivas. A economia mundial, ao passar pelos paradigmáticos impérios romano, hispânico, árabe, veneziano e holandês, ainda que sendo inicialmente um mercado rudimentar enquanto espaço de trocas, foi dominada pela Inglaterra por mais de trezentos anos, de meados do século XVII até a Primeira Guerra Mundial, em 1914. Sendo que o período ápice da superioridade inglesa e do aumento de suas conquistas territoriais foi o século XIX (ARRIGHI, 1994, p. 49).

Mesmo a Inglaterra caracterizando-se mais tarde como o berço do liberalismo, para alcançar o desenvolvimento econômico, o império britânico apresentou claramente ampla direção estatal, impôs práticas escravocratas e extraiu riquezas de um conjunto enorme de áreas coloniais. Utilizou-se também de políticas protecionistas desde pelo menos o reinado de Ricardo II, em fins do Século XV, até a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX. Destaca-se, nesse sentido, como marco das políticas de proteção ao mercado local e ao fomento do processo de industrialização, o estabelecimento das Leis de Navegações a partir da segunda metade do século XVII, as quais, por sua vez, desalojaram a Holanda do comércio mundial e impediram qualquer desenvolvimento de nações que pudessem competir com os interesses e com a hegemonia inglesa (BENAYON, 1998, p. 29-30).

Após a Revolução Industrial consolidar-se, de fato, na Inglaterra, intensificou-se o sistema produtivo e se aprofundou a divisão internacional do trabalho em todo o mundo. De forma sintética, a divisão do trabalho constitui-se num arranjo hierarquizado e competitivo, baseado em formas distintas e complementares de especialização produtiva e de transferência de excedentes e de mais-valia entre metrópoles e colônias. À vista disso, o intelectual bolchevique

Nikolai Bukharin (1984, p. 18) afirma que a divisão internacional do trabalho aumenta ao passo que os limites das economias nacionais se exaurem.

O domínio sobre essas relações advém de nações que dispõem de vantagens geográficas ou naturais, contudo, verifica-se que ocorre, com mais forte razão, entre nações que apresentam maior grau de desenvolvimento econômico e produtivo. Assim, pode-se afirmar que a desigualdade das forças produtivas capitalistas é uma condição *sine qua non* que determina a divisão internacional do trabalho entre as diversas nações no mundo (BUKHARIN, 1984, p. 20-21).

Passados os primeiros anos da Revolução Industrial, em meados do século XIX, desenvolve-se a doutrina liberal. Contudo, essa doutrina torna-se dominante apenas à medida que os países centrais atingiram certo estágio de desenvolvimento industrial e, assim, tornaram-se economicamente desenvolvidos. Observa-se que a própria Revolução ocorreu graças às ações de proteção praticadas anteriormente pelos Estados e a conseguinte acumulação de capital próprio. Como nota o cientista social Dieter Senghaas (1982): “A Grã-Bretanha, o reduto do pensamento e da política livre-cambista, somente se engajou nessa tese depois de modernizar o setor agrário e de ter alcançado a posição de ponta na indústria” (apud BENAYON, 1998, p. 130). Desse modo, após a consolidação da Revolução Industrial na Inglaterra, a burguesia passou a tornar cosmopolita a produção e o consumo de todos os países, abrindo-se, portanto, o mercado mundial tipicamente capitalista e, então, a burguesia “retirou da indústria sua base nacional” (MARX; ENGELS, 2001, p. 29).

Para Friedrich List (1789-1846), um dos primeiros nacionalistas econômicos da Europa, o liberalismo é apenas utilizado taticamente pelas nações que atingiram o desenvolvimento econômico em detrimento dos demais países que não obtiveram a mesma sorte. Em um trecho conhecido de sua obra *Sistema nacional de economia política* lê-se:

Qualquer nação que, valendo-se de taxas protecionistas e restrições à navegação, tiver levado sua capacidade industrial e sua navegação a um grau de desenvolvimento que impeça as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia do que chutar a escada pela qual ascendeu à grandeza, pregar os benefícios do livre-comércio e declarar, em tom penitente, que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade. (LIST, 1885, p. 295-296 apud CHANG, 2004, p. 17)

No entanto, os Estados Unidos, ao resistirem ao poder financeiro, industrial, político e naval da Inglaterra, bem como às influências das ideias liberais, por meio de medidas protecionistas provaram haver um tipo de nacionalismo defensivo como condição para o progresso (SOBRINHO, 1981, p. 18). O desenvolvimento estadunidense estava inicialmente autocentrado na região Norte e sua ampliação ao restante do país era dificultada pela economia das *plantations* dominante no Sul livre-cambista e atrelado à Inglaterra. Contudo, as eleições vencidas por Abraham Lincoln (1861-1865) e a Guerra de Secessão (1861-1865) trouxeram a ruptura da dominação inglesa, a abolição da escravidão e a integração da indústria local com a produção agrícola. Por conseguinte, floresceu-se o processo de desenvolvimento do país. Nota-se, assim, que a ação direta do Estado foi determinante para os EUA desatrelarem-se da dominação externa. Sendo apenas no último quartel do século XIX, quando os EUA já se haviam tornado a segunda potência industrial do mundo, que a ação estatal se reduziu e prosperaram as políticas liberais (BENAYON, 1998, p. 46; 49).

Marx e Engels, no *Manifesto Comunista* (2001, p. 28), afirmavam que “a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção” e que o sistema capitalista gerou tão poderosos mecanismos que “assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as potências demoníacas que evocara” (2001, p. 33). De fato, a acumulação capitalista atingiu tão elevado grau de desenvolvimento no final do século XIX que o mercado europeu – que originalmente era de livre concorrência e de exportação de mercadorias, com seu apogeu entre 1840 e 1870 – foi revolucionado à fase monopolista da economia e de exportação de capitais, conforme bem define o teórico político Vladimir Ilyich Ulyanov (Lênin) em sua crucial obra *O imperialismo: fase superior do capitalismo* (1987, p. 20). Foi através desse elevado nível de desenvolvimento capitalista que sobreveio, portanto, uma maior concentração e centralização do capital e organizaram-se os monopólios capitalistas mundiais (BUKHARIN, 1984, p. 58). Em suma, o sistema capitalista subverteu sua fase anterior e passou a assumir um caráter eminentemente imperialista, o qual, por sua vez, agravou a luta pela partilha territorial do mundo no esforço de conquistas coloniais e de transferência de mais valor das regiões dominadas às regiões dominantes (LÊNIN, 1987, p. 60; 77).

Quanto mais desenvolvidas são as forças produtivas de um país, tanto mais poderosos são os seus monopólios. Com efeito, a concentração e a centralização de capitais superam suas formas iniciais estabelecidas em empresas individuais e caracterizam-se na organização de trustes. O poder dos Estados Nacionais passa a coexistir num amálgama com o capital financeiro e com o poder dos trustes. Todos esses agentes unificam-se e intensificam suas ações. Dessa forma, essa estruturação estabelece à fase imperialista a categoria dos trustes capitalistas nacionais. Nas palavras de Bukharin (1984, p. 110):

A concentração dos capitais adquiriu uma forma diferente: a concentração dos trustes. A acumulação de capital deixou de fazer crescer os capitais dos produtores individuais e transformou-se em instrumento de crescimento das organizações patronais. [...] O desenvolvimento, entretanto, não se detém aí. Ramos de produção isolados amalgamam-se de múltiplas formas [...] O capital financeiro prende, em suas tenazes, o conjunto do país. A economia do país transforma-se em gigantesco truste combinado, cujos acionistas são os grupos financeiros e o Estado. Designamos essas formações sob o nome de trustes capitalistas nacionais.

A lógica imperial expansiva e de dominação direta sobre outros países é, evidentemente, muito mais antiga que o próprio capitalismo (LÊNIN, 1987, p. 81) e, assim, a fase de definição de políticas de conquista não determinam em nada o imperialismo: é apenas através da política de rapina do capital financeiro que se caracteriza o imperialismo como valor historicamente definido (BUKHARIN, 1984, p. 107). O imperialismo escapa do antigo plano fenomênico de dominação e apresenta-se como uma categoria específica da história e dentro de uma lógica econômica imbricada com questões ideológicas e geopolíticas. Diversos mecanismos, diretos e indiretos, são utilizados para sua autoperpetuação. Imperativos de mercado, nos quais, os países centrais efetuam empréstimos aos países periféricos que, por sua vez, gastam majoritariamente o dinheiro emprestado nas próprias metrópoles, são um exemplo. Lênin (1987, p. 63) observa que a concorrência capitalista passa a ser substituída pela utilização de “relações” com prerrogativas à obtenção de estritas vantagens. Isso quer dizer que, antes da concessão de um empréstimo, é exigido que o dinheiro seja utilizado na compra de produtos ao país mutuante. Isso deriva em saldos positivos na balança comercial dos países centrais, que recebem mais por suas

exportações do que gastam com suas importações. Conforme bem observou o economista marxista polonês Michael Kalecki (1983, p. 40),

A ligação entre os lucros “externos” e o imperialismo é óbvia. A luta pela divisão dos mercados externos existentes e a expansão dos impérios coloniais, que propicia novas oportunidades para a exportação de capital ligada à exportação de bens, pode ser vista como um esforço para se obter um saldo positivo na balança comercial, a fonte clássica de lucros “externos”.

O teórico marxista Ruy Mauro Marini (2012, p. 49), no entanto, mostra que o âmago dos interesses imperialistas não corresponde apenas a operações comerciais compensatórias, mas à busca de instituir que a mais-valia concebida no interior das economias nacionais esteja subordinada aos créditos externos. Nas palavras do autor:

[...] a função que assume agora o capital estrangeiro [na colônia] é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista.

Infere-se, assim, que o desenvolvimento econômico da Europa ocidental e a procrastinação econômica do resto do mundo não é um fato decorrente de um acidente fortuito ou de qualquer peculiaridade. O subdesenvolvimento dos países periféricos foi e continua sendo determinado pela própria gênese do sistema imperialista. Segundo ressalta o economista marxista estadunidense Paul Baran (1964, p. 211), os países invadidos “foram postos em amplo contato com a adiantada ciência ocidental, mas permaneceram em meio ao mais profundo atraso”.

Após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), abriu-se uma nova etapa para a ordem mundial. Os Estados Unidos, beneficiados pela conjuntura da guerra, põem fim aos problemas da depressão de 1929 e acumulam em suas mãos os elementos de hegemonia e dominação mundial. Ocorreu, assim, de forma definitiva, a transferência da hegemonia do ocidente europeu para os EUA e definiu-se uma nova fase de potencialização da integração monopólica imperialista (BAMBIRRA, 2012, p. 124). Ou seja, o imperialismo e o seu *modus operandi* deixaram de ser exatamente o que eram há cinquenta anos (BARAN, 1964, p. 273). Mesmo sem abandonar as origens conceituais dos principais teóricos marxistas, o imperialismo, após a Segunda Guerra Mundial, apresentou

modificações profundas tanto na sua forma de organização como na sua atuação econômica, social e política (FONTES, 2010, p. 13).

Essa nova fase apresenta a realização sistemática de investimentos em setores dinâmicos de manufaturas nos países dependentes e a reorientação de suas pautas produtivas (BAMBIRRA, 2012, p. 125-126). Esse processo passa a ocorrer com tal liberdade e em tal magnitude, em favor dos centros hegemônicos, que leva à eliminação das empresas nacionais periféricas ou as deixam relegadas ao controle de atividades secundárias (BENAYON, 1998, p. 124). As empresas estrangeiras radicadas em países subdesenvolvidos produzem, em sua maioria, mercadorias para exportação, e o excedente econômico gerado nessas regiões são transferidos para o exterior quase na sua totalidade. Essa evasão de divisas, por sua vez, impossibilita a formação de capital próprio e de desenvolvimento, aprofundando, assim, o subdesenvolvimento periférico (BARAN, 1964, p. 252). Conclui-se que o imperialismo contemporâneo preserva todas as suas características primitivas e eleva-as a um nível ainda mais deletério (BARAN, 1964, p. 273).

Já havia a ostensiva mão estadunidense sobre a América Latina desde o final da guerra Hispano-americana (1898) e do Corolário Roosevelt (1904). No entanto, segundo Vânia Bambirra (2012, p. 133), a partir da segunda metade do século XX, todo destino latino-americano passou a integrar-se a essa nova lógica imperialista.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta investigação é analisar a interferência imperialista dos Estados Unidos no Brasil em relação aos golpes de Estado que destituíram os presidentes Getúlio Vargas em 1954 e João Goulart em 1964.

1.2.2. Objetivos Específicos

- a) Compreender como se estruturou o Governo de Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930, e o seu ideário político de poder;
- b) verificar os acontecimentos políticos que determinaram a queda de Getúlio Vargas, em 1954;
- c) identificar o papel político desempenhado por Leonel Brizola e João Goulart, até o golpe de Estado de 1964;
- d) demonstrar as influências imperialistas sobre o golpe civil-militar de 1964 e os conflitos nos pactos de classe.

2. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se pela forma qualitativa e, ainda que o tema, os objetivos e a metodologia estejam enquadrados no saber dominante (já que a organização do saber está organizada de acordo com a ordem dominante), procura-se evitar o escopo positivista, no qual esses pontos são estáticos e estreitamente delimitados. Também se rejeitam as perspectivas de caráter economicista – que isolam ideologicamente as condições econômicas das políticas e restringem-nas a modelos instrumentais –, sobretudo, o enfoque neoclássico fundamentado em fortíssimas generalizações abstratas. Ainda que inicialmente ocorram formulações abstratas, “não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação de seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação [...] com uma realidade histórica”, conforme defende Celso Furtado, em sua obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961, p. 19).

Para aproximar-se do concreto, busca-se utilizar o método histórico-dialético à luz da concepção materialista de Marx e Engels, verificando, assim, as parcelas da realidade exterior ao pensamento conhecedor, as implicações sociais e onde a história comumente se reproduz e onde ela se silencia.

Esta investigação está dividida em dois capítulos iniciais, dois capítulos de desenvolvimento e as considerações finais. Concentra-se analiticamente entre os anos de 1930 a 1954 e 1961 a 1964.

Na primeira parte do desenvolvimento, discorre-se preliminarmente sobre o governo do Presidente Getúlio Vargas, sua complexidade e os acontecimentos estruturais que marcaram os anos de 1930, 1932, 1937 e 1945. Posteriormente, analisa-se o segundo governo de Vargas (1951-1954) – o que não seria adequado explicar sem retornar aos anos anteriores – e, sobretudo, o que significou a sua morte. Elucida-se a hipótese de que a morte do Presidente pode ser considerada como um marco da vitória dos países imperialistas e da interrupção da tentativa de desenvolvimento autônomo brasileiro. Para tanto, as análises desse capítulo fundamentam-se sobretudo nas obras de: René Armand Dreifuss, *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (tradução da tese *State, class and the organic elite: the formation of an entrepreneurial order in Brazil 1961-1965*, defendida na Universidade de Glasgow,

em 1980); Ruy Mauro Marini, *Subdesenvolvimento e revolução* (1969) e de Paulo Schilling, *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas* (1981).

Na segunda parte, assenta-se a análise em Leonel Brizola e João Goulart, os herdeiros políticos de Vargas. Explora-se, antes de tudo, a renúncia de Jânio Quadros e as tentativas que ocorreram de impedir Goulart de assumir a posse da presidência. Num segundo momento, observa-se a grande oposição – com intervenção externa – que ambos sofreram e os interesses relacionados. Do mesmo modo, verifica-se o que foi sendo gestado até a materialização do golpe civil-militar de abril de 1964. As principais referências para essa parte da investigação foram buscadas principalmente nas obras de Moniz Bandeira, *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil* (1978) e na obra já citada de René Armand Dreifuss (aqui sendo utilizada a edição de 1986 da tradução brasileira).

Na tessitura das considerações finais, opondo-se ao errôneo senso comum de que, diante da supremacia estrangeira, vivenciamos o “caminho inevitável”, ressalta-se como a conciliação de classe e o ideário de uma revolução democrática-burguesa são impraticáveis. Em decorrência disso, portanto, apenas uma revolução social, feita pelas classes dominadas, pode superar os antagonismos sociais e a dependência brasileira.

3. O GOLPE DE 1954 E A CONSOLIDAÇÃO DO IMPERIALISMO

Morreu no seu posto. Não devia ser outro o fim dum dos homens mais representativos de seu tempo [...] Como sua vida não foi de paz, não podia ser de paz a sua morte. [...] Aponta ele assim, em testamento, um caminho que deve ser seguido – o da luta pela emancipação nacional.

(“O pistoleiro Vargas”, Oswald de Andrade)

3.1. A REVOLUÇÃO DE 1930

Durante toda a República Velha (1889-1930), o Estado brasileiro foi liderado por uma oligarquia agro-comercial, na qual predominavam as elites rurais do Nordeste, os plantadores de café de São Paulo e os comerciantes exportadores (DREIFUSS, 1986, p. 21). A política era conduzida por um republicanismo oligárquico e dentro de um arranjo entre o Governo Federal e as elites regionais dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Os representantes desses dois estados, geralmente formados pela Faculdade de Direito de São Paulo (RIBEIRO, 2006, p. 202) – faculdade essa fundada sob os auspícios da oligarquia reacionária –, mesmo envolvidos em conflitos, revezavam-se no exercício da presidência da República, o que ficou denominado de “eixo café com leite”. No entanto, esse acordo, que vinha sendo garantido desde a Constituição Republicana de 1891, foi rompido pelo Presidente da República Washington Luís, no início de 1929. O presidente havia declarado publicamente apoio à sua sucessão ao governador de São Paulo, Júlio Prestes, enquanto que a sucessão presidencial, pelo acordo estabelecido, deveria contemplar um candidato mineiro (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 351). Nesse sentido, o governador de Minas Gerais, ao entender o jogo político, passa a defender a necessidade de um alinhamento de forças regionais não mais associadas a São Paulo, mas ordenado à composição de um arco político amplo e que abrigasse toda sorte de dissidências. O estado do Rio Grande do Sul e o estado da Paraíba aceitaram formar essa aliança e lançaram, então, a candidatura de Getúlio Vargas à presidência (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 353). O nome dado a esse acordo oposicionista foi Aliança Liberal, a qual passou a possuir forte caráter

reformista e a ter a pretensão de introduzir novos setores da sociedade na vida republicana. Assim, essas pautas foram aceitas ainda mais rapidamente pela população (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 354).

Findadas as eleições, em maio de 1930, o resultado do processo considerou eleito o candidato paulista Júlio Prestes. Entretanto, diversas camadas urbanas da sociedade apresentaram um enorme inconformismo com a derrota eleitoral e, após a população saber de uma escandalosa fraude eleitoral, ampliou-se ainda mais essa contestação. Afora isso, a forte estagnação econômica que o País enfrentava em decorrência da queda do preço do café e da taxa de câmbio ampliava cada vez mais a insatisfação popular (SOUZA, 2008, p. 7).

O estopim deu-se em 26 de julho, quando o candidato que havia sido vice-presidente de Getúlio Vargas e era o atual governador da Paraíba, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, foi assassinado. Engajada por mais esse fato, a população descontente deflagrou, tanto em Minas Gerais como no Rio Grande do Sul e na Paraíba, a revolução civil e militar oposicionista (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 359). Em 3 de novembro de 1930, o Presidente Washington Luís, pressionado pela revolução que havia se fortalecido e se espalhado por todo o País, renunciava ao seu cargo. Após esse momento, ocorre a formação de um Governo Provisório cujo comando foi entregue a Getúlio Vargas para exercê-lo até 1934. Encerra-se, assim, a Revolução de 30 e a Primeira República (SOUZA, 2008, p. 7-8).

A Revolução de 1930 causou a ruptura do monopólio do poder que as oligarquias agro-comerciais possuíam desde o fim do Império (1889) devido ao estímulo oposicionista da burguesia industrial e ao apoio de setores considerados da pequena-burguesia que já refletiam o descontentamento nos movimentos armados de 1922 e 1924/26 (SCHILING, 1979, p. 103). No entanto, essa burguesia, para aplicar o seu ideário político, necessitou do apoio das classes subalternas e, por astúcia, foi ao encontro de algumas das suas aspirações (SCHILING, 1979, p. 25).

Mesmo esse marco divisório da história do País sendo comumente definido como um processo político onde as classes sociais alinharam-se e gestaram a Revolução de 30 contra o inimigo comum – a oligarquia –, não podemos deixar que esse temário binário e genérico oculte a luta de classes, pois inclusive a ideia de revolução também já havia sido formulada por operários e camponeses no

interior da luta em curso, pelo menos desde 1928 (DE DECCA, 1981, p. 107). Assim, ainda que façamos análises sobre a ruptura do monopólio latifundiário e o desenvolvimento da burguesia industrial, não se considera a Revolução de 30 simplesmente como um “fato” que divide cronologicamente a história do País, nem como uma simples polarização da economia agroexportadora versus o processo de industrialização, pois esse procedimento estrito de análise dificulta compreender o percurso que as classes sociais tiveram no desenrolar do processo histórico; oculta o conflito entre o capital e o trabalho e os pactos de classes (DE DECCA, 1981, p. 109-110).

Ruy Mauro Marini (2012, p. 74) mostra que, desde 1910, já se desenvolvia um processo de industrialização e isso corroborou para a eclosão da Revolução de 30:

Suas causas podem ser encontradas na industrialização que se procedeu no país na década de 1910, graças, sobretudo, à guerra de 1914, que levou a economia brasileira a realizar um esforço considerável para substituição das importações. A crise mundial de 1929 e suas repercussões sobre o mercado internacional tendem a manter em baixo nível a capacidade de importação do país, acelerando assim o seu processo de industrialização.

Nilson Araújo de Souza (2008, p. 4), por sua vez, comenta que o que ocorreu anteriormente à Revolução de 30 foram apenas surtos industrializantes e que, inclusive a partir de 1924, a indústria, que ainda não lograra um desenvolvimento autossustentado, entrou em decadência.

Em 1928 também havia a proposta política do Bloco Operário e Camponês (BOC) que enunciava uma revolução democrática-burguesa que penetrava no movimento operário e trazia o tema da industrialização. Esse prisma político já demandava uma luta nacional de operários e camponeses contra os interesses da oligarquia exportadora e do imperialismo. Havia um posicionamento contra as “grandes” indústrias da época e um combate difuso antimonopolista, mas isso não significava uma rejeição ao tema da industrialização. Essa proposta, de inspiração leninista, dava fundamento ao tema da industrialização, ainda que longe da própria burguesia industrial (DE DECCA, 1981, p. 113). Contudo, no momento em que o Bloco Operário Camponês também contribuiu para a construção de uma ideia de revolução predominantemente antioligárquica, em 1930, ele solidificou a própria memória histórica e anulou a classe operária como agente daquela revolução (DE DECCA, 1981, p. 109).

Chegaram a ocorrer certas modificações na estrutura das classes sociais brasileiras, pois grupos proletários chegam, de fato, a exercer algumas certas pressões políticas. Segundo Marini (2012, p. 74), ocorreu o

surgimento de uma nova classe média, quer dizer, de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno e de um novo proletariado, que passam a pressionar os antigos grupos dominantes a fim de obter um lugar na sociedade política

No entanto, compreende-se que a industrialização jamais foi socialmente neutra, pois os processos de industrialização representaram, sobretudo, a inserção real do trabalho no capital, fato esse que é indissociável da dominação burguesa de classe (ALMEIDA, 2006, p. 23).

O projeto político-econômico do Governo brasileiro, desde a Proclamação da República, era considerado tanto monetarista como fiscalista, compondo-se no ideal de integração harmoniosa da elite brasileira na divisão internacional do trabalho estabelecida pelos países centrais (ARANTES, 2005, p. 22). Esse modelo liberal-federalista foi incapaz de resolver os problemas nacionais, ao tempo em que tal experiência liberal também se esgotava em todo o mundo. Dessa forma, a Revolução 30, ao tomar o controle do poder e ditar as diretrizes do desenvolvimento nacional, transformou o projeto hegemônico do País, do ponto de vista ideológico, em nacional-desenvolvimentismo (SOUZA, 2008, p. 2).

Um fato importante a ser pontuado é que a burguesia nacional apresentava uma condição de “burguesia sem capital”, e que ela teve total ajuda – financeira, fiscal e tecnológica – do Estado. Nota-se que a burguesia brasileira cumpre um papel muito limitado e foi o Estado que corroborou para o progresso da revolução industrial brasileira (SCHILING, 1979, p. 23). É apenas através do Estado que a burguesia brasileira tem as condições e os meios necessários assegurados para fazer a sua revolução. O Estado brasileiro foi paternalista e proporcionou proteção contra a concorrência internacional, além de oferecer créditos baratos e favorecer o liberalismo econômico interno (SCHILING, 1979, p. 24). Dessa forma, pode-se verificar que não foi a burguesia nacional quem fez a Revolução de 30, mas foi essa revolução quem fez a burguesia nacional (SCHILING, 1979, p. 24). A Revolução de 30 foi inicialmente contra a hegemonia da burguesia paulista, porém, foi a revolução que ao fim deu força para a burguesia industrial paulista. Antes disso, o que existia era apenas uma burguesia mercantil (VASCONCELOS, 2014 a).

A burguesia industrial, de fato, conseguiu forte identidade política face ao bloco oligárquico. Contudo, ainda se estabelecia um “estado de compromisso” (DREIFUSS, 1986, p. 22). A burguesia industrial, que chegou a rivalizar em maior grau com os latifundiários para manter seus interesses atestados, passou a imiscuir-se, no decorrer da história, em diversos conluios. Não podemos minimizar as tensões que ocorreram nesse período. No entanto, verifica-se que essas rivalidades que ocorreram sempre foram no campo político, pois em nenhum momento houve uma revolução agrária prévia à industrial.

Por romper com a força da velha ordem do oligopólio latifundiário, abrir um caminho para a reestruturação do Estado Nacional brasileiro e gerar condições para a constituição de um espaço econômico, a revolução realmente representou o aspecto de “revolução” e gerou avanços para o País (ALMEIDA, 2014, p.115-116). No entanto, mesmo que o proletariado tenha passado a pressionar os antigos grupos dominantes e a obter certo lugar na sociedade política, não se tratou de fazer uma “revolução” em nome do País e de seu povo, tampouco tratou-se de uma plena democratização do Estado. As verdadeiras limitações de classe não foram superadas.

3.2. A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA, 1932

Em 1932, nos primeiros meses do ano, o Presidente Getúlio Vargas promulgava a nova lei eleitoral e também marcava para maio de 1933 as eleições para a Assembleia Constituinte (BENAYON, 2015 a). Mas, em julho de 1932, desencadeia-se a Revolução Constitucionalista: um movimento liderado pela aristocracia paulista que, mesmo recebendo apoio do governo para o processo de industrialização, encontrava-se inconformada com a presença de Getúlio Vargas na Presidência da República e buscava alterar a política para conferir ainda maiores privilégios aos seus interesses particulares. Segundo o intelectual nacionalista Osny Duarte Pereira, a burguesia brasileira vinha saindo da influência inglesa frente à influência estadunidense desde a revolução de 1930, e nas suas palavras: “a revolução constitucionalista de 1932 representa a fachada da tentativa dos britânicos em não entregar os pontos aos norte-americanos” (1964, p. 20).

Conforme o próprio nome sugere, esse movimento reivindicava uma constituição e articulava com a narrativa de que o governo provisório era inconstitucional. Conforme o historiador Marcio Luiz Carreri (2015, p. 106), a Revolução Constitucionalista

apresentou uma face autoritária com o seu opositor, Vargas, pois concentrava todos os esforços sociais e econômicos em prol de um único objetivo, de uma sociedade em marcha, para a reconquista de um poder oligárquico perdido e reivindicado.

O movimento constitucionalista não obtém sucesso e, mesmo sendo claro o caráter reacionário de oposição ao governo, o presidente Vargas buscou captar a simpatia da elite paulistana e permitiu que se desse um sentido heroico ao movimento. Conforme explica novamente Carreri (2015, p. 111):

A historiografia mais recente sobre a Revolução de 1932, no contexto da redemocratização, trabalha na desconstrução do mito da “excepcionalidade paulista”, bem como a historiografia oficial havia reforçado as teses de golpe, separatismo e reacionarismo dos levantes paulistas, mas a participação da elite paulistana à causa revolucionária imprimiu um sentido heroico, vitorioso na derrota, tese construída e propagada pelos vencedores, uma vez que Vargas compôs com a elite paulista, nomeou o civil e paulista Armando de Salles Oliveira como interventor, convocou a Assembleia Constituinte e regalou outras concessões.

Em 1934, Getúlio, convocou e instalou uma Assembleia Constituinte, sendo, de forma indireta, oficialmente eleito presidente e legalizando sua permanência no poder (RIBEIRO, 2006, p. 203).

3.3. O ESTADO NOVO, 1937

Após a repressão e o abatimento da Revolta Comunista de 1935, o decreto do Estado de Guerra pelo Congresso para desmobilizar integralistas, comunistas e liberais, em novembro de 1937, ocorreu por iniciativa de oficiais do Exército brasileiro, sobretudo, de Góis Monteiro e de Eurico Gaspar Dutra, o golpe que criou o Estado Novo. O modelo político-econômico do Estado Novo combinou conceitos que Vargas e os generais já haviam formulado e o ideário principal era um maior desenvolvimento industrial sob a direção do Estado (BENAYON, 2015 a). No entanto, as Forças Armadas (possuidoras de armas, organização e disciplina) foram, de fato, a fonte de poder instituidora do Estado Novo. O

deputado federal eleito em 1950, Euzébio Martins da Rocha Filho (1984, p. 16), demonstra que Getúlio Vargas não articulou necessariamente o golpe; antes, como não havia outro caminho, foi sobretudo compelido a participar desse processo.

Ele também não participou do golpe de 37. Ele não articulou o golpe de 37, o Estado Novo; o Estado Novo foi articulado de uma forma diferente, em que chegou o momento em que ou ele aderiria ou era esmagado. De modo que ele preferiu aderir e continuar tentando criar uma certa estrutura de poder.

O surgimento do Estado Novo ocorreu também pela necessidade de uma maior conciliação de classes, um remodelamento, pois a burguesia industrial mostrou-se incapaz de liderar os componentes oligárquicos do “estado de compromisso” forjados no início da década de trinta (DREIFUSS, 1986, p. 22). Dessa forma, passam a ocorrer novos acordos organizados com os interesses dos latifundiários e dos velhos grupos comerciantes, e a burguesia industrial estabiliza-se no poder, garantindo sua supremacia (MARINI, 2012, p. 75). Certamente, ocorreram conflitos e tensões, mas a intervenção do aparelho burocrático-militar na vida política veio justamente para assegurar a coesão do sistema (DREIFUSS, 1986, p. 23). Em nenhum momento político a construção da ordem burguesa brasileira implicou na ruptura definitiva com o latifúndio, mas é importante destacar que foi no Estado Novo que o proletariado passou a obter alguns benefícios por concessões sociais – sobretudo, na concretização da legislação trabalhista de base, unificada depois na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) (MARINI, 2012, p. 75).

No entanto, as conquistas sociais não vieram sem consequências negativas aos trabalhadores, pois, no intento de evitar as lutas de classes, o Governo Federal chegou a proibir as greves e pôs os sindicatos sob a tutela do Ministério do Trabalho (SCHILING, 1979, p. 26). As organizações sindicais livres passaram a ser substituídas por uma estrutura corporativa inserida no próprio aparelho estatal (ALMEIDA, 2006, p. 27). É importante destacar que, em grande medida, a legislação trabalhista e a seguridade social passaram a ser aplicadas no Ocidente também como resposta dos Estados Capitalistas para conter a empatia da população com a luta revolucionária da União Soviética (PAIVA, 2017).

Na economia, foi sob a égide desse período, o Estado Novo, que, de fato, iniciou-se o projeto de nacionalização da economia brasileira com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégica, como mineração e petróleo (DREIFUSS, 1986, p. 23). O Estado brasileiro tornou-se um importante produtor de bens e serviços de infraestrutura e abriu caminho para o desenvolvimento industrial privado interno. No entanto, observa-se que a burguesia brasileira, nesse momento, assumiu apenas nominalmente o nacionalismo proposto por Vargas. Segundo DREIFUSS (1986, p. 25),

A burguesia “nacionalista” era procurada, politicamente, e considerada, teoricamente, pelos intelectuais nacionalistas como aliada em potencial, se não de fato, das classes trabalhadoras e dos setores das classes médias que se opunham ao imperialismo. [...] Porém, a esperada confrontação nacionalista-entreguista baseava-se em avaliação errada, falando-se em antagonismos estruturais onde somente existiam conflitos conjunturais. A motivação da burguesia era uma só, o capital.

No ideário das estatais, na pretensão de emancipação econômica e na defesa do processo de industrialização, Getúlio Vargas, em 11 de junho de 1940, fez um importante discurso defendendo ostensivamente a posição nacional da criação da siderúrgica de Volta Redonda, através do qual forçou o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, a intervir pessoalmente para contornar barreiras que haviam sido levantadas pelos trustes estadunidense (SOBRINHO, 1981, p. 134). Criou-se, assim, com Volta Redonda, o primeiro polo de desenvolvimento econômico brasileiro que, conseqüentemente, recebeu forte apoio popular. Segundo Euzébio Rocha (1984, p. 14),

Reações que ele [Getúlio] teve em Volta Redonda, resistindo às pressões externas, resistindo às pressões da United States Steel, às pressões americanas, deu a ele uma imagem do homem que resguardava o interesse nacional. E esses fatos foram marcando o povo, que pode não ter penetração cultural nas grandes análises econômicas, mas tem uma grande sensibilidade para compreender as tendências dos acontecimentos.

Contudo, essas políticas varguistas, oriundas da estratégia de desenvolvimento econômico autônomo, passaram a ser vistas como indesejáveis por parte dos industriais brasileiros que, inclusive, tentaram reprimi-las. A burguesia nacional, sem aspirar ao verdadeiro progresso da nação e procurando apenas fortalecer seus interesses particulares, imiscuiu-se com os interesses das

multinacionais, que forçavam cada vez mais a partição direta dos capitais privados estrangeiros no Brasil. Dreifuss (1986, p. 33) aponta:

Os empresários enfatizavam a campanha nacionalista muito mais em torno da produção industrial em solo brasileiro, do que em torno da origem do capital ou da tecnologia envolvida. Os empresários temiam também uma forma de desenvolvimento nacionalista liderada pelo Estado. O processo de concentração de capital desenvolver-se-ia então lado a lado com um processo de internacionalização da economia.

O economista político Michael Kalecki (1980, p. 55), em seu texto “Os aspectos políticos do pleno emprego”, elucida-nos sobre a problemática do pleno emprego – e do desenvolvimento – e suas derivativas políticas nos seguintes termos:

Os princípios econômicos da intervenção governamental requerem que o investimento público seja limitado a objetos que não concorram com o equipamento de capital dos negócios privados.

Por fim, o professor Nilson Lage (2017), mostra como foi o Estado Novo que assegurou a unidade nacional brasileira naquele período histórico. Na visão dele:

[...] o Estado Novo foi algo que ainda se engasta no espírito de seu tempo, pois o mundo vivia situação econômica anômala desde o craque de 1929 e os principais países eram geridos por estados fortes: a União Soviética, a Alemanha, a Itália, a Espanha em guerra civil, o fascismo ascendente em toda a Europa. Nos Estados Unidos, uma forma peculiar de estatismo, o New Deal, mobilizava o país em pesada campanha nacionalista. [...] Foi o Estado Novo que assegurou a unidade nacional nos anos tensos que se seguiram e permitiu a condução relativamente serena das negociações que culminaram com a entrada do Brasil na guerra e os acordos que abriram caminho à futura industrialização do país.

O Estado Novo, mesmo sob um regime autocrático, foi socialmente progressista. No entanto, justamente pelo fato de o Estado Novo ter assegurado a ordem do sistema, isso não significou apenas a consolidação da burguesia no poder e o associativismo com empresas multinacionais; representou, ao termo, uma maior aliança da burguesia industrial com as velhas classes latifundiárias e com os velhos grupos comerciantes contra as alas radicais da pequena-burguesia – bem como das massas proletárias e camponesas – e a canalização do desenvolvimento capitalista nacional pela via traçada pelos interesses da coalizão dominante. Qualquer disposição revolucionária da burguesia estava, por certo, encerrada (MARINI, 2012, p. 139).

3.4. A PRIMEIRA DEPOSIÇÃO DE VARGAS, 1945

Sem que antes Getúlio Vargas conseguisse consolidar sua estratégia política voltada a uma economia autônoma e formasse, por conseguinte, um forte bloco de poder, o Exército Brasileiro, que havia apoiado Vargas anteriormente, agora entra em ação de forma oposicionista e o depõe. Esse processo de deposição – um golpe – foi apoiado pelos interesses da coalizão dominante, que havia justamente se consolidado no Estado Novo. As classes dominantes chegaram a um acordo e, assim, ocorreu um grande alinhamento que compreendeu os industriais locais, a oligarquia, as classes médias e, finalmente, as empresas multinacionais que haviam renovado seu interesse pelo Brasil (DREIFUSS, 1986, p. 28).

Esse interesse das empresas multinacionais foi renovado, inclusive, em função que a indústria brasileira, estimulada durante os anos de guerra, estava produzindo cada vez mais artigos que até então eram importados (BASBAUM, 1991, p. 197). Desde os anos de 1930, o setor industrial nacional havia aumentado de maneira muito mais rápida que a desnacionalização econômica resultante dos investimentos externos (MARINI, 2012, p. 113).

A indústria brasileira também buscava elevar-se da etapa de industrialização substitutiva de bens de consumo não-duráveis à uma etapa de industrialização produtora de bens intermediários, de consumo durável e de capital (MARINI, 2012, p. 57).

No entanto, frete a implementação de uma indústria avançada e autônoma, agravavam-se os antagonismos do Brasil com os trustes internacionais. Inclusive, o mercado mundial sofria uma grande reorganização, visto que, os EUA, após a Segunda Guerra Mundial, passaram a deter a hegemonia político-econômica mundial e suas políticas imperialistas estabeleciam que deveria haver uma integração dos sistemas produtivos. Rui Mauro Marini (2012, p. 59) aponta que essa determinação imperialista foi movida por duas razões:

A primeira relacionada com o avanço da concentração de capital em escala mundial, o que deposita nas mãos das grandes companhias internacionais uma superabundância de recursos passíveis de ser investidos, que necessitam buscar novos campos de aplicação no exterior. [...] A segunda razão de integração de produção é dada pelo grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais, acompanhado de uma

aceleração considerável do progresso tecnológico. Isto fez com que, por um lado, os tipos de equipamentos produzidos, sempre mais sofisticados, devessem ser aplicados em atividades industriais mais elaboradas nos países periféricos, existindo interesse, por parte dos países centrais, de impulsionar ali o processo de industrialização. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu, nos países centrais, o prazo de reposição do capital fixo, surgiu a necessidade de exportar para a periferia os equipamentos e máquinas que se tornavam obsoletos e ainda não tinham sido totalmente amortizados.

O próprio embaixador dos Estados Unidos, Adolfo Berle, em encontro com políticos da UDN e demais grupos oposicionistas, afirmou sobre a necessidade da substituição de Vargas por alguém de confiança seu governo (BASBAUM, 1991, p. 143). Getúlio Vargas não recebeu o apoio necessário do Exército Brasileiro e da burguesia local para consolidar o projeto de soberania nacional e de desenvolvimento. O apoio manteve-se apenas até o momento em que o projeto nacionalista tornou-se contraditório aos interesses estrangeiros. Conforme bem observa Gilberto Felisberto Vasconcellos (2014, p. 424 b),

O Estado Novo fortaleceu a federação e, ao mesmo tempo, o poder central ajudou a hegemonia paulista, o capital na agricultura foi empregado na indústria, não houve contradição entre latifúndio e burguesia industrial. [...] Getúlio não deveria ser mal visto pela burguesia industrial paulista durante o Estado Novo. E não foi. Apenas em 1945 é que passou a ser antipático para o imperialismo estadunidense, aí então a burguesia paulista palmilhou o caminho de 1954 e 1964.

Em maio de 1945 surge um movimento com o objetivo de defender a permanência de Vargas na presidência da República, o chamado “movimento queremista”. Este era formado por um grupo de pessoas que estavam convencidas que a Constituinte com Vargas representaria a continuidade da defesa dos interesses nacionais e dos interesses dos trabalhadores num processo de transformação econômica do País. A expressão utilizada nessa campanha era: “Getúlio, Queremos Getúlio, Constituinte com Getúlio” (BANDEIRA, 1979, p. 47).

Houve também mobilização desde o Partido Comunista - Getúlio já havia anistiado os presos políticos – até parte dos industriais – os que tendiam para o PSD (Partido Social Democrático) – em oposição aos grupos rural e industrial que tendiam ao setor mais conservador e à UDN (União Democrática Nacional). Conforme observa Euzébio Rocha (1984, p. 8),

Eu tenho a impressão que eles [parte dos industriais] se aperceberam cedo que aqueles grupos mais conservadores de

São Paulo estavam muito ligados aos interesses de exportação, estavam realmente muito ligados a problemas de importação, de comércio e, conseqüentemente, ligados a interesses externos. E eles sentiam que a possibilidade do desenvolvimento deles tinha tido muito mais cobertura do governo do Getúlio Vargas. [...] sentiram que seus interesses eram constantemente contrariados pelas pressões agrárias dos grandes fazendeiros de São Paulo que tentaram, em 32, recuperar o poder político que eles vinham mantendo hegemonicamente. [...] De modo que em um certo momento somou-se um certo interesse do desenvolvimento industrial com a perspectiva de resguardo dos trabalhadores.

A UDN, em agosto de 1945, aprovava seu estatuto que propunha o seguinte:

apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento de nossas reservas inexploradas, dando-se um tratamento equitativo e liberdade para a saída de juros (PEREIRA, 1964, p. 23).

Vargas havia decretado, em junho de 1945, a lei nº. 7.666, que representava uma radical legislação antitruste criada para reprimir o abuso do poder econômico. Destaca-se que esse ponto, juntamente com o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, em abril de 1945, foram fundamentais para o recrudescimento da oposição até a deposição do Presidente, em outubro de 1945. Essa lei, inclusive, dias após a renúncia do presidente, foi rapidamente revogada pelo novo governo (SCHILING, 1979, p. 32).

O governo do Marechal Dutra mostrou logo de início que suas ideias políticas eram totalmente opostas às de Vargas, principalmente no que dizia respeito às suas posições quanto ao nacionalismo e à participação da classe trabalhadora. Dutra travou um relacionamento especial com os Estados Unidos e a economia brasileira foi reaberta ao capital estrangeiro em condições muito facilitadas. O governo favoreceu o *laissez-faire* na área econômica, diretriz que beneficiou claramente a empresa privada. Com essas posturas políticas, o desenvolvimento estatizante sofreu retrocesso (DREIFUSS, 1986, 28-29). Segundo Euzébio Rocha (1984, p. 47-48),

O ministério do Dutra era um ministério extremamente reacionário, e com uma formação doutrinária inspirada nos livros econômicos dos países ricos, o que talvez seja um dos aspectos mais graves para nós e que constantemente nos inibe de compreender o problema econômico e político do país. [...] de tal ordem que o pensamento deles é esse, sem se aperceberem que atrás disso está uma política internacional da maior importância, que é a seguinte: a diminuição do poder de compra interno é a melhor

maneira de diminuir o mercado interno; e a melhor maneira de diminuir o mercado interno é a maneira mais eficiente de tornar o país dependente externamente.

3.5. O RETORNO DE VARGAS, 1951

Vargas vivia num isolamento voluntário, uma espécie de autoexílio na sua estância em São Borja-RS, e nunca mais havia sido procurado pelas cúpulas partidárias. Não era e nem tinha candidato à presidência da República. No entanto, a inépcia dos políticos que se encontravam no poder os impedia de encontrarem um caminho assegurado em relação às próximas eleições e os nomes que surgiam à candidatura, em pouco tempo, dissolviam-se ao sopro dos ventos. Em decorrência disso, volta ao debate o nome de Vargas que, prontamente, obtém aceitação e apoio da opinião pública (HELIO SILVA, 1978, p. 60).

Valendo-se das circunstâncias favoráveis, em 1949, na hora do lançamento oficial das candidaturas presidenciais para as eleições de 1950, Vargas, com 67 anos, candidato então de oposição, estava pronto. Vence a disputa e, em 31 de janeiro de 1951, retorna ao poder, eleito através do voto popular. Apesar de acordos suprapartidários, vence sem o apoio das classes dominantes: principais governos estaduais, finanças internacionais, igreja e Forças Armadas (HELIO SILVA, 1978, p. 60). Vargas reajustou ao novo momento o seu projeto nacionalista e industrializante e priorizou duas bases: desenvolvimento e bem-estar social. O mote que escolheu era caro aos brasileiros, sobretudo em tempos de Guerra Fria: a independência econômica do País (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 400). Assim, nos idos do segundo governo, o Presidente obteve, de fato, uma visão efetiva de como o capital estrangeiro (imperialismo) constituía um instrumento brutal de exploração nacional e, dessa forma, retomou com maior diligência as políticas de orientação nacionalista, as quais o Marechal Dutra havia atrofiado. Também buscou reforçar-se na política externa por meio de uma aproximação à Argentina de Juan Domingues Perón (MARINI, 2012, p. 145).

Esse segundo governo de Vargas pode ser dividido em três principais períodos, segundo DREIFUSS (1986, p. 32):

- I. a primeira fase foi caracterizada por uma forte presença empresarial, uma política antiinflacionária e uma procura de ajuda econômica dos EUA;
- II. a segunda fase, ao nomear Oswaldo Aranha, Vicente Rao e José Américo de Almeida, recorreu intensamente às classes trabalhadoras como um grupo de pressão. Ele substituiu o seu Ministro do Trabalho por João Goulart;
- III. a terceira, na verdade, foi uma longa sucessão de manobras getulistas defensivas e com propósitos definidos e limitados, manobras que foram intensamente atacadas no Congresso e na imprensa por políticos mordazes e agressivos, como Carlos Lacerda, figura de proa da UDN do Rio de Janeiro.

Retomando o ofício, uma das primeiras preocupações de Vargas foi completar a obra iniciada em 1938 – decreto-lei nº. 395, de 19 de abril de 1938, prevendo a criação do Conselho Nacional do Petróleo e a concomitante regulamentação da importação, exportação, transporte, distribuição e comércio do petróleo bruto e de seus derivados, bem como da indústria de refinação do petróleo importado ou produzido no País – e, dessa forma, dotar o País de uma nova aparelhagem mais eficiente para a continuação das pesquisas e exploração do petróleo. Vargas procurou, também, estabelecer, ainda que preliminarmente (já que ao mesmo tempo se enviava outra medida mais abrangente ao Congresso), uma regulamentação sobre a exportação de lucros do capital ao estrangeiro (MARINI, 2012, p. 148).

Outras importantes Mensagens também foram dirigidas ao Congresso Nacional, de junho de 1951 a maio de 1952, propondo medidas relevantes ao progresso econômico nacional. Segundo Silva (1978, p. 137),

A 19 de junho de 1951, a Mensagem que propunha a criação do Serviço Social Rural; a 8 de agosto de 1951, a Mensagem que propunha o Plano do Carvão Nacional; a 25 de outubro do mesmo ano, a Mensagem que encaminhava o projeto de criação do Banco do Nordeste do Brasil; a 6 de dezembro, ainda de 1951, a Mensagem que propunha a ampliação do Fundo Rodoviário Nacional; dois dias depois, a 8 de dezembro, a Mensagem que propunha o Programa do Petróleo Nacional e a criação da Petrobrás [concretizada em 03/10/1953]; a 7 de fevereiro de 1952, a Mensagem que propunha a criação do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; a 28 de maio de 1952, a Mensagem que propunha a criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e da Carteira de Colonização do Banco do Brasil.

Nesse momento, a burguesia paulista também passou a exercer pressões diretas e indiretas, com reivindicações em prol da indústria automobilística, sobre o Governo Federal. Em vista da forte influência paulista, Vargas também passa a

adotar uma firme política de desenvolvimento da indústria automobilística brasileira. A medida principal em relação a esse aspecto foi a criação, em 23 de julho de 1951, da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), da qual, entre outros membros do governo, integravam o ministro da Fazenda, Horácio Lafer, na presidência, e, de forma indireta, Manoel da Costa Santos, então diretor da FIESP/CIESP (COLISTETE, 2002, p. 138).

Em agosto de 1952, a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) e, em seguida, o Governo Federal, em decorrência do Aviso 288, originalmente sugerido pela Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) e complementado pela Subcomissão de Autos, aprovam um relatório que, entre outras coisas, proibia a importação de veículos montados para fins de revenda e fortalecia a lei do Similar (COLISTETE, 2002, p. 139). Essa convergência entre o Governo e a burguesia chegou a produzir resultados em uma efetiva “proteção à indústria nacional contra a concorrência estrangeira”. Contudo, mesmo a lei do Similar conferindo eficiente grau de proteção às indústrias nativas, ela também acabou gerando certo incentivo à vinda de empresas estrangeiras (ALMEIDA, 2006, p. 47).

Assim, essas políticas recém-adotadas pelo Governo brasileiro implicaram em atritos com capitalistas estrangeiros, mas isso não significava um antagonismo absolutamente estrito. A relação era complexa, pois ao mesmo tempo em que empresas estadunidenses se instalavam no Brasil, a proibição, pelo governo brasileiro, de importação de peças e acessórios cujos similares fossem fabricados no País atrapalhava determinadas estratégias imperialistas (ALMEIDA, 2006, p. 50). No limite, os verdadeiros atritos encontravam-se exatamente na política de renegociação de dependência que o Estado brasileiro buscava implementar (ALMEIDA, 2006, p. 48).

A burguesia nacional, que apresentou, em certo momento, um ideal ligado ao governo de desenvolvimento capitalista autônomo, passa a ser ostensivamente assediada pelo capital imperialista, que tencionava, cada vez mais, à integração dos sistemas produtivos. Houve, nesse momento, um conflito entre o grupo “neoliberal” da FIRJ (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), de um lado, e, de outro, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a CNI (Confederação Nacional da Indústria), que estavam estreitamente

ligadas a Vargas naquele momento (LEOPOLDI apud ALMEIDA, 2006, p. 47). Segundo Marini (2012, p. 60), é compreensível que

A primeira reação dessas burguesias tenha sido a resistência ao assédio, formulando uma ideologia nacionalista orientada para a definição de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo. Mas também se compreende que, junto ao conflito já existente com as antigas classes dominantes internas, a abertura dessa segunda frente de luta tenha conduzido o conjunto da política burguesa ao fracasso.

No entanto, a despeito disso, a burguesia brasileira opta pela associação com o capital estrangeiro, e sua conivência com os fatores causais do atraso inabilita-a estruturalmente de desenvolver-se de forma autônoma.

Em março de 1953, Vargas, que já vinha sofrendo violenta oposição política pela bancada udenista da Câmara, sofre um grande revés quando o candidato do Presidente da República a prefeitura de São Paulo - primeira eleição direta para Prefeito e Vice-Prefeito pós-Revolução de 30 e Estado Novo - foi derrotado pelo deputado estadual Jânio Quadros (SILVA, 1978, p. 170). Tornava-se, a partir daquele momento, indispensável o estabelecimento de uma nova estratégia política e a reconquista do apoio popular. Considera-se essa guinada popular como sendo a segunda fase do segundo mandato de Vargas, a qual se inicia por uma renovação ministerial.

Oswaldo Aranha foi nomeado para substituir Horácio Lafer no Ministério da Fazenda e ampliar o projeto nacionalista. Nesse sentido, o novo ministro, de imediato, passa um recado aos diretores da Ford que o futuro pertencia às empresas automobilísticas que tivessem participação acionária de capital brasileiro, pois “o Brasil não era mais uma colônia” (ALMEIDA, 2006, p. 50).

Nessa retomada popular – destinada, sobretudo, a atrair o apoio operário – o governo também expôs uma ampliada política trabalhista. O presidente confia a João Belchior Marques Goulart (Jango), com 35 anos, o Ministério do Trabalho. Desde a sua posse, Jango fazia veementes declarações a favor da classe trabalhadora, o que gerou, por um lado, o aumento da base popular do Governo. Contudo, por outro lado, isso provocou o recrudescimento da campanha oposicionista dos grupos capitalistas conservadores. Nas palavras das historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 405),

A nomeação deu resultado. Goulart reaproximou do governo o movimento sindical, aliviou as pressões patronais sobre os sindicatos e construiu uma base operária para oferecer

sustentação política a Vargas. Mas, com a situação econômica deteriorada, ele conseguiu apenas abrir canais de negociação; não era possível impedir a deflagração de novas greves. E apareceu um problema novo: Jango se transformou no alvo predileto da oposição.

Num esforço para mobilizar de modo orgânico as massas operárias, Jango lançou mão de diferentes métodos: desde o aumento de 100% de salário mínimo (congelado desde 1951) até a organização unitária das direções sindicais. O I Congresso Nacional de Previdência Social no Rio de Janeiro lançou Goulart, rodeado de conhecidos líderes comunistas, contra as oligarquias dominantes e a exploração imperialista. Isso passou, de fato, a chocar ainda mais a direita e as classes dominantes. Daí por diante, tornou-se recorrente no noticiário oposicionista a falsa denúncia de que o governo estava criando uma ditadura sindicalista – uma “República sindicalista” do tipo peronista. As estreitas relações de amizade que mantinham o Brasil, de Vargas, e a Argentina, de Perón, reforçaram esse temor.

Vargas e Jango passaram também a sofrer pressão do Exército através do documento conhecido como “Manifesto dos coronéis” – cujo redator era o então Coronel Golbery do Couto e Silva –, no qual se reforçava a posição da burguesia brasileira (SILVA, 1978, p. 176). O “Manifesto dos coronéis” expressava insatisfação, ressentimento e também era um gesto de flagrante indisciplina de coronéis e tenentes-coronéis do Exército – seus autores estavam a um passo da conspiração final contra o presidente (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 406).

Getúlio Vargas, de modo infeliz, retrocedeu ante a reação direitista. Mostrando, inclusive, pulso fraco, não mandou punir os coronéis signatários do manifesto contra o seu governo e contra o reajuste do salário-mínimo. O Governo, para acalmar a intensidade da oposição, ainda tentou negociar através de diversas medidas. Vargas também demitiu o Ministro da Guerra, General Espírito Santo Cardoso, e acertou com Jango a sua própria demissão para buscar neutralizar o protesto dos coronéis. Ruy Mauro Marini (2012, p. 77) aponta algumas das medidas que o governo negociou com os oposicionistas:

Entre elas a Lei de Segurança Nacional e a prorrogação e ampliação do acordo militar Brasil-Estados Unidos. A primeira, sem consequências imediatistas, criava o marco jurídico para repressão do movimento popular que o governo militar de 1964 utilizaria amplamente; o segundo punha definitivamente as Forças Armadas brasileiras sob a influência do Pentágono norte-americano. Mas o melhor exemplo da política de conciliação de

Vargas foi a reforma cambial de 1953, através da qual buscou incrementar as importações (realizadas sob o controle governamental no mercado oficial), ao mesmo tempo em que, transferindo-as para o mercado livre, liberava a entrada e saída de capitais.

A reforma cambial, Instrução nº. 70, baixada em 9 de outubro de 1953 pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), a qual introduzia um sistema de taxas múltiplas de câmbio, correspondia à desvalorização diferenciada do cruzeiro em relação ao dólar, diminuindo o “câmbio barato” e, assim, estabelecia um controle das importações e maior competitividade para os produtos exportados. De início, tanto os fazendeiros como os exportadores de café deram boa acolhida, mas, com o difícil cenário externo e a queda do preço do café no mercado internacional, a expectativa tornou-se frustrada e a medida terminou por jogar os cafeicultores nos braços da oposição a Vargas (ALMEIDA, 2006, p. 61). A queda do preço internacional do café e a redução do volume das exportações brasileiras fizeram com que, em 1954, a balança comercial apresentasse déficit e lançasse a economia em uma grave crise cambial. Para os industriais, o câmbio desvalorizado significava aumento de custos. No entanto, o maior problema não era esse e, sim, que Vargas ainda continuava a ter relações com o movimento operário. Internamente, o aumento da inflação levou também o movimento trabalhista a reivindicar reajustes de salários, contando os sindicatos agora com o recurso efetivo de greve (MARINI, 2012, p. 78). O governo entra, por assim dizer, na sua terceira fase e no princípio do fim.

3.6. O GOLPE IMPERIALISTA, 1954

Para a lógica imperialista, eram intoleráveis o ideário de Vargas e o possível surgimento de uma potência no Hemisfério Sul. Para atingir o objetivo de boicotar isso, os países imperialistas imiscuíram-se com agentes locais – pagos ou não, conscientes ou não –, como jornalistas, políticos e militares, os quais acabaram por aparecer mais que os agentes externos diante do público (BENAYON, 2015 a). Em 1954, a oposição a Vargas estava mais bem posicionada para derrubá-lo do que os trabalhadores para o sustentar.

A campanha oposicionista concentrou fogo sobretudo através da força da imprensa como fator de desestabilização do governo. Seu protagonista era Carlos Lacerda, um jornalista, inclusive, sem virtudes. A pressão intensificava-se gradativamente.

Um atentado de assassinato contra Lacerda – ainda que frustrado – em 5 de agosto de 1954, na Rua Toneleros, proporcionou o pretexto (a trama) para aumentar a exigência da renúncia do presidente, visto que vários membros de seu gabinete estavam envolvidos. No entanto, para Adriano Benayon (2015 a), o crime foi articulado sob a direção de Cecil Borer, titular da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), em que ingressara, em 1932, com o Chefe de Polícia, o pró-nazista Filinto Müller.

Após essa conspiração e a distorção dos fatos através da ação combinada do DOPS e da Aeronáutica, Vargas ainda se manteve no poder, mas sua retirada de lá se aproximava. Não bastasse Vargas ser prejudicado por preconceitos ideológicos de seus adversários, gerou-se na sociedade um “antigetulismo” personalizado, que visava estritamente à pessoa, e não a suas ideias. Esse fato veio muito bem a calhar pois, sem esse sentimento “antigetulista”, os conspiradores possivelmente não teriam conseguido derrubar Vargas.

A crise instalada avançou até a última reunião ministerial de Vargas. Todos os ministros presentes sugeriram a renúncia do Presidente, salvo Tancredo Neves, que havia recebido, através de Leonel Brizola, a informação de que todos podiam contar com as forças militares do III Exército, o que não foi acolhido (RIBEIRO, 2006, p. 205).

Na manhã de 24 de agosto, Getúlio Vargas, aos 71 anos, virtualmente deposto, por fim, suicidou-se, dando um tiro no coração e simbolizando o desprendimento máximo do homem em nome da política.

Em seu discurso de posse do segundo governo, o presidente revelava ter chegado à compreensão do fenômeno imperialista. Mas, cara a cara com a morte, num momento em que já não havia mais lugar para a conciliação, Getúlio denuncia na Carta Testamento a ação nefasta do imperialismo em conluio com as classes dominantes nacionais (SCHILING, 1979, p. 34). A Carta Testamento é um documento de caráter histórico, de enorme beleza estética e de verdades políticas que nomeia o seu inimigo e do povo brasileiro: o imperialismo estadunidense (VASCONCELLOS, 2005, p. 33).

O período subsequente ao suicídio de Vargas – ainda que a rebelião popular, ao compreender a Carta Testamento, tenha frustrado a oposição, que desejava acirrar a crise e desmoralizar Vargas – foi radicalmente diferente em termos políticos e econômicos. Uma política que desejava o bloqueio da legislação trabalhista e do projeto de desenvolvimentismo econômico autônomo e dirigido por grupos internacionais aliados a grupos nacionais passou a ser dominante no País. Eugênio Gudín e Otávio Bulhões, ligados à finança britânica, foram designados para comandar a economia e instituíram a política antinacional destinada a acabar com a autonomia industrial e tecnológica do País durante o governo provisório do Presidente Café Filho (BENAYON, 2015 a). O liberalismo ideológico de Bulhões e Gudín enxergava a democracia como mera fonte de votos. Nesse contexto, a política econômica, destituída do seu valor intrínseco, foi transformada numa abstração, ou seja, onde se reduz todos os fatos e contradições sociais em simples aritméticas – puro economicismo liberal (MUNTEAL; VENTAPANE; FREIXO, 2006, p. 35).

O governo de Café Filho, apoiado por uma aliança informal de centro-direita entre empresários, visava ao estímulo da penetração de interesses multinacionais através de um entendimento político com setores cafeeiros e financeiros e à contenção das classes trabalhadoras (DREIFUSS, 1986, p. 33). A Instrução nº. 113, expedida pelo governo interino, consagra, de fato, a vitória do imperialismo, pois criou facilidades excepcionais para a entrada dos capitais estrangeiros (MARINI, 2012, p. 146). Isso permitiu que corporações multinacionais importassem equipamentos por um preço 45% abaixo das taxas, isentando-as da “cobertura cambial” necessária à importação de maquinário (isto é, sem nenhuma despesa cambial), benefício este não desfrutado por empresas brasileiras (DREIFUSS, 1986, p. 33). Essas vantagens logradas junto às autoridades brasileiras mostram, claramente, o poder dos países imperialistas. Com efeito, dessa conjugação de fatores, as associações dos empreendimentos nacionais já existentes com as inversões estrangeiras ampliavam-se e, longe do capital estrangeiro ser ao menos absorvido, eram as empresas brasileiras que se dissolviam dentro das grandes corporações internacionais (PRADO JR., 2012, p. 314-315). Portanto, logo no final da década de 50, o poder econômico das multinacionais tornou-se efetivamente o fator político hegemônico no País, no qual avulta cada vez mais a desnacionalização e o processo de dependência do

Brasil frente às decisões exercidas por executivos nas sedes das companhias nos países centrais.

O suicídio de Vargas é fruto da ingerência imperialista estadunidense que, decisivamente, iria conduzir o País ao golpe civil-militar de 1964. Configura-se, assim, um novo período, e agudas lutas políticas se intensificam. A raiz dessas lutas está sempre no esforço de se opor a burguesia que coloca a seu serviço todo o aparato do Estado e seus recursos econômicos disponíveis (MARINI, 2012, p. 75).

Ainda que Vargas tenha tido o ideário econômico-político de autonomia nacional para o desenvolvimento do País, não foi possível, no entanto, ocorrer uma definitiva ruptura com o imperialismo dos países centrais e nem foi possível à classe operária conquistas além de um certo corporativismo de Estado. Para dificultar essa luta contra o imperialismo, Vargas não havia organizado a população, nem formado seguidores para liderar a luta após sua morte. Mesmo que grande parte da população tenha revelado seu apreço e reagido com vigor durante os dias subsequentes à sua morte, não podemos considerar que o suicídio de Vargas tenha impedido o êxito imperialista, pelo contrário (BENAYON, 2015 a).

A história de Vargas, que se movimentou dentro de complicadas tramas de conciliações efêmeras entre interesses conflitantes, mostra uma contradição entre o governante de talento conciliador e a sua corajosa política de fortalecimento nacional. No entanto, ao passo que o seu nacionalismo se transforma num nacionalismo bonapartista e conciliatório, Vargas tornou-se incapaz de libertar o País da exploração imperialista e, com isso, deixou evidente os limites do nacionalismo policlassista – as conciliações de classes.

A burguesia nacional, seduzida pelas aparentes vantagens que os monopólios internacionais lhe ofereciam, passou de um embrionário ideal de desenvolvimento autônomo para uma integração desnacionalizante e concentradora. Em nenhum momento ela desejou um maior progresso nacional e conformou-se em ser sócia menor de conglomerados estrangeiros. A tese dedicada pelo Partido Comunista desde 1945 à burguesia nacional de ser capaz de efetuar uma revolução mostra-se equívoca. Vânia Bamberra (2012, p. 151) expõe corretamente como as propostas políticas que apontam a necessidade de uma revolução-burguesa, além de limitar a luta revolucionária do proletariado, são

historicamente insuficientes. Em suas próprias palavras: “[...] a ruptura da dependência somente poderá ser promovida pelas classes dominadas, através de um processo revolucionário”. Ruy Mauro Marini também se apresenta contra a tese do “etapismo dualista” que considera haver essa possibilidade de revolução:

O fato que mais chama a atenção é o caráter relativamente pacífico que o trânsito da economia agrária para economia industrial assume na América Latina, em contraste com o que ocorreu na Europa. Isto fez com que muitos estudiosos mantivessem equivocadamente a tese de que a revolução burguesa latino-americana ainda está por se realizar. [...] este argumento é enganoso, pois não considera adequadamente as condições objetivas dentro das quais se desenvolveu a industrialização latino-americana (2012, p. 55).

Já Darcy Ribeiro explica como essa associação da burguesia nacional com o exterior gera uma maior dependência e exploração classista. Conforme o autor:

As áreas periféricas, configuradas como proletariado externo, são regidas por classes dominantes consulares que, fundando sua prosperidade na própria dependência, mercê de sua associação com núcleos empresariais e governamentais estrangeiros, operam como comandos gerenciais exógenos que limitam o desenvolvimento nacional aos níveis e graus conciliáveis com a manutenção dos vínculos externos (subdesenvolvimento) (1983, p. 13).

Eis a opinião de Paulo Freire quanto às conciliações de classe:

[...] pactos entre as classes dominantes e as massas dominadas. Pactos que poderiam dar a impressão, numa apreciação ingênua, de um diálogo entre elas. Na verdade, estes pactos não são diálogos porque, na profundidade de seu objetivo, está inscrito o interesse inequívoco da elite dominadora. Os pactos, em última análise, são meios de que se servem os dominadores para realizar suas finalidades. (2012, p. 154)

Por fim, ao contrário do que o pensador marxista Edmundo Moniz considera em seu livro *O golpe de abril*, no qual declara que durante os anos de governo de Juscelino Kubitschek a burguesia nacional passou a adquirir consciência de suas próprias possibilidades, que houve nas diversas camadas da população o propósito de combater o imperialismo e que assim havia uma configuração histórica que impulsionava a revolução brasileira para frente (1965, p. 12-13), a dependência do País não cessou de aumentar. Pois, através de uma opção político-econômica industrializante internacionalizada, foi justamente aplicada e ampliada por Juscelino Kubitschek. Assim, esse período também caracteriza-se pelo enorme crescimento do grande capital monopolista e da taxa de exploração da classe operária no País (SAES, 1985, p. 127). Ou seja, a

administração de JK foi o aprofundamento do processo de desenvolvimento capitalista dependente, o qual implementou essa política de desenvolvimento que resultou em uma mudança drástica no modelo de acumulação capitalista e reforçou, com o seu chamado Plano de Metas, um padrão de desenvolvimento brasileiro associado ao estrangeiro (DREIFUSS, 1986, p. 34). E o que de fato houve de desenvolvimento nacional não seria possível se não fosse a base implantada por Vargas e a criação de Volta Redonda, da Petrobras, do BNDE e da Cia Vale do Rio Doce (VASCONCELLOS, 2005, p. 36).

Francisco de Oliveira (1972, p. 42) analisa que essa associação ao estrangeiro ocorreu sobretudo pelo recebimento de tecnologias oriundas dos países centrais do que por suas poupanças. Não obstante, o empresariado industrial brasileiro, por brutal subserviência aos interesses externos e sem anseio a um projeto de desenvolvimento nacional, nunca incorporou as expertises tecnológicas às empresas nacionais para estabelecer um padrão autônomo de acumulação e ganhos suficientes de escala. Tampouco o governo de JK assumiu essa ingerência, ou sejam, o Estado brasileiro, que atuou deliberadamente no sentido de privilegiar o capital, nem sequer atuou na busca pela transferência e incorporação tecnológica pelas empresas nacionais (OLIVEIRA, 1972, p. 45).

Esse aprofundamento da dependência gera, por conta de questões inerentes a sua própria lógica, maior concentração de renda e de desigualdade social. Em tal contexto, eclodiram nos anos subsequentes diversas manifestações sociais reformistas e nacionalistas, as quais levaram, paulatinamente, o pacto populista, sustentáculo político do governo de JK, ao esgotamento.

4. OS HERDEIROS POLÍTICOS DE VARGAS E O GOLPE DE 1964

Na história humana não existe um exemplo de que a generosidade dos fortes houvesse sido fator de libertação das grandes massas oprimidas. Os carcereiros não rompem cadeias, não destroem muralhas, não derrubam bastilhas. Somente os oprimidos ganham sua liberdade através de uma luta na qual não escolham entre a vida e a morte.

(Leonel Brizola)

A crise de 1954 pôde ser controlada pelas classes dominantes graças ao grau insuficiente de acirramento que as contradições sociais continham naquele momento. Inclusive, os interesses das empresas multinacionais e da burguesia associada – especialmente a burguesia paulista –, cresceram e ganharam espaço político durante os anos de governo de Juscelino Kubitschek e, em 1960, tais interesses tornaram-se a força socioeconômica hegemônica no País. No entanto, a partir de 1961 e, sobretudo, após João Goulart assumir o sistema presidencialista, as contradições sociais apresentaram um caráter muito mais deletério entre a posição das classes dominantes como um todo e a classe trabalhadora do campo e da cidade. Por conseguinte, as conciliações populistas que foram alicerce da administração de JK não foram mais possíveis nesse novo contexto (DREIFUSS, 1986, p. 125).

Assim, o período “jânio-janguista”, caracteriza-se fundamentalmente por dois conjuntos de agentes: de um lado, agentes da burguesia local encarregados dos interesses do bloco econômico multinacional; de outro, agentes das classes trabalhadoras mobilizadas e lideradas por políticos nacionalistas como Leonel Brizola e João Goulart.

Brizola e Jango, filhos espirituais de Vargas, certamente são os personagens centrais do período histórico-político que se iniciou na renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e terminou com o golpe civil-militar de 1964. É um equívoco falar de um, sem referir-se ao outro, tanto quanto às posições concordantes como às posições divergentes.

O próprio Leonel Brizola tinha clareza de sua missão, da qual, como homem público e importante sujeito histórico da trajetória republicana brasileira, não poderia se afastar. Nas palavras do próprio Brizola (apud FILHO, 1987, p. 163): “Eu sou a continuidade de um processo na vida deste país, que vem do

início do período Getúlio Vargas, quando começou a unificação do povo trabalhador, ainda na década de 30”.

4.1. A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS E A CAMPANHA DA LEGALIDADE

João Goulart, ainda quando ministro de Vargas, havia se aproximado da classe trabalhadora através de seu ideário trabalhista. Isso lhe rendeu grande reconhecimento e, por conseguinte, Jango passou a ser a liderança política do PTB. De acordo com a Constituição de 1946, a escolha do presidente e a de seu vice não estavam vinculadas. Jango, com todo o seu prestígio, candidatou-se e venceu as eleições de 1955 como vice-Presidente da República ao lado de seu companheiro de chapa (PSD-PTB), Juscelino Kubitschek. Novamente, em 1960, venceu as eleições para a vice-presidência da República. Dessa vez, contudo, em conjunto com o seu adversário político, Jânio Quadros (UDN).

Jânio foi eleito através de uma campanha demagoga que gerou fascinação popular. Seus eleitores eram as forças reacionárias do País e, ao mesmo tempo, as massas descrentes dos partidos políticos (BASBAUM, 1991, p. 243-244). Diferentemente, Jango tornou-se vice-presidente pelo seu posicionamento público a favor de políticas distributivas e reformistas. Em grande medida, salvo os interesses direitistas das multinacionais e da classe média seduzida pela noção de “progresso”, a população brasileira mostrou que desejava uma combinação de reformas populares sociais e de desenvolvimento nacionalista com uma austeridade fiscal e eficiência administrativa (DREIFUSS, 1986, p. 126). Ruy Mauro Marini (2012, p. 90-91) mostra o caráter demagogo de Jânio. Para esse autor, o político brasileiro

[...] representou um ensaio de bonapartismo carismático, ungido de legalidade e tingido de progressismo em grau suficiente para obter a adesão das massas e, ao mesmo tempo, suficientemente liberado de compromissos partidários para que, em nome do interesse nacional, pudesse arbitrar os conflitos de classe.

Jânio, mesmo expressando especialmente diretrizes políticas de acordo com as recomendações de grupos e de interesses dominantes, teve dificuldades em lidar com o Congresso, e as medidas impostas pelo seu governo não

ocorreram na velocidade que a classe industrial desejava. Segundo Dreifuss (1986, p. 129):

[Jânio Quadros] sofreu uma resistência ativa por parte de setores oligárquicos dentro do PSD e de outros partidos menores, tendo também de enfrentar conflitos de poder dentro dos próprios partidos que o apoiaram, o que gerou dificuldades para seu governo junto ao Congresso. O seu fracasso em corresponder às crescentes expectativas da classe média, juntamente com a inadequação burocrática, também dificultou ao Executivo a realização das reformas exigidas pela grande comunidade industrial.

Jânio, que vinha sofrendo forte pressão dos seus próprios aliados conservadores, em 25 de agosto de 1961, após sete meses de governo, de forma imprevisível, renuncia à Presidência da República. Ao julgar a Constituição Federal restrita quanto aos poderes que ofertava ao chefe do executivo, Jânio tentou comover a Nação com a sua renúncia, a fim de forçar o Congresso a ampliar os poderes do Presidente da República (BANDEIRA, 1978, p. 43). No entanto, nem a população, nem os empresários e nem seu próprio bloco partidário apoiou-o. Sua estratégia política falhou e a sua recondução ao poder não aconteceu (DREIFUSS, 1986, p. 129).

Esse fato desorganizava o projeto político popular-udenista e abria caminho para um Executivo nacionalista-reformista concentrado na figura de Jango. Prevendo essa possibilidade, o bloco multinacional e associado, na iminência de perder sua posição econômica privilegiada, articulou-se para impedir a posse de Goulart. Os militares também criaram todo tipo de obstáculo político para impedir essa posse pois, para as Forças Armadas, Jango, que vinha de origens trabalhistas varguistas, era visto como um sujeito totalmente antagônico aos interesses daquela classe (NETO, 1997, p. 87).

Como a Constituição Federal brasileira deixava claro, o Vice-Presidente da República, mesmo estando naquele momento em visita diplomática a Cingapura, na República Popular da China, deveria assumir a posição deixada vaga por Jânio Quadros. No entanto, os Ministros da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha divulgaram uma nota contra a posse de João Goulart como Presidente do Brasil (BANDEIRA, 1979, p. 77).

O Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a Presidência da República e enviou ao Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, para ser lida em Plenário, a seguinte mensagem:

Tenho a honra de comunicar a V. Exas. que, na apreciação da atual situação política criada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas responsáveis pela ordem interna, manifestam a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente da República João Belchior Marques Goulart (PINHEIRO, 1993, p. 62).

Brizola, então governador do Estado do Rio Grande do Sul e um defensor intransigente da Constituição, ao saber da renúncia de Jânio, fez o que pôde para enfrentar a situação que já se lhe afigurava incerta. Em contato com o Comandante do III Exército, General Machado Lopes, começou a tomar diversas medidas para preservar a ordem pública. Inclusive, deixou a Brigada Militar de prontidão e cancelou as licenças de soldados e oficiais (BANDEIRA, 1979, p. 75-76). À medida que recebia as notícias de Brasília e certo de que o País caminhava para uma ditadura militar, passou a organizar-se político-militarmente, com o apoio do III Exército. Inicialmente, Brizola ainda tentou se comunicar com mais chefes militares do restante do País para chamá-los ao bom senso e evitar o desfecho inconstitucional que se avizinhava, mas não recebeu o apoio necessário dos demais chefes militares do País.

De forma beligerante e resistindo a qualquer preço em busca da legalidade, em 27 de agosto, Brizola incorporou a Rádio Guaíba ao Governo do Estado e passou a denunciar, para todo o País, a trama institucional que se organizava em Brasília. Não obstante, antes mesmo de dar o seu pronunciamento oficial, o governador sul-rio-grandense requisitou a compra de armamento para o estado gaúcho e ordenou também ao III Exército a distribuição de armas à população (BANDEIRA, 1979, p. 80). Brizola exerceu um ato revolucionário, sobretudo para garantir a ordem constitucional contra a ameaça de uma ditadura militar. O cientista político Moniz Bandeira (1979, p. 81) compara esse fato com a Revolução Mexicana e com o ideário democrático francês:

A democracia revolucionária, enterrada pela burguesia europeia em 1848, revivia, àquele instante, no Rio Grande do Sul. Só um filho do povo, que nunca renegou suas origens, podia armar o povo. Desde a Revolução Mexicana, na segunda década do século XX, nenhum outro político latino-americano, dentro de uma sociedade burguesa, ousou tomar semelhante iniciativa. Esse gesto jacobino de Brizola as classes dominantes nunca perdoaram. E era um gesto que, em última instância, visava a defender a própria legalidade burguesa.

O chefe do gabinete do Ministro da Guerra, General Orlando Geisel, observando que o III Exército não havia tomado as medidas de acordo com os interesses conspiradores, entra em contato com os demais generais do III Exército que não estavam ligados a Brizola e determina que sejam tomadas medidas para acabar com as “ações subversivas” do Governo, inclusive com ordens para bombardear o Palácio Piratini (BANDEIRA, 1979, p. 79). Oswaldo França Júnior, piloto da FAB, confirmou que em uma reunião com o seu comandante havia recebido essas ordens de bombardear o Palácio Piratini e as torres de transmissão da rádio. No entanto, o ataque apenas não ocorreu devido ao fato de os sargentos progressistas da 5ª Base Aérea terem se manifestado contra e terem sabotado a decolagem das aeronaves que estavam munidas com as bombas (NETO, 1997, p. 88).

O Rio Grande do Sul estava mobilizado. Havia um grande entusiasmo que contaminava a todos e, praticamente, meio milhão de voluntários se alistaram na Campanha da Legalidade. Pela dificuldade dos militares em marchar contra essa Campanha, na qual o III Exército já começava a ser transferido para a fronteira de São Paulo, e também pelo movimento ter ganhado simpatia no restante do País, a estratégia de golpe dissolveu-se.

O levante em defesa da legalidade democrática foi um acontecimento importante e profundo na história do País. Poucas vezes a população brasileira assumiu com tanto empenho a defesa da democracia, mesmo que as liberdades democráticas ainda sejam, em grande medida, relativas, pois elas não garantem, de fato, a solução dos verdadeiros problemas sociais. Sobre o episódio, Brizola fez o seguinte comentário: “o povo brasileiro demonstrou que tem capacidade de luta e que sabe exercitá-la, dependendo das circunstâncias.” (BANDEIRA, 1979, p. 86).

Se não fosse pela resistência popular organizada por Brizola, Jango não teria chegado à Presidência da República e a ditadura militar teria começado dois anos e meio antes de 1964 (SCHILLING, 1979, p. 111).

4.2. OS CONCHAVOS PARA O GOLPE PARLAMENTAR

Encerrada a Campanha da Legalidade, Goulart ainda se encontrava em regresso ao Brasil. No entanto, antes de chegar ao País, Jango passaria por uma última escala em Montevideú. Leonel Brizola havia sido informado que Tancredo Neves, a mando do Presidente Interino, iria ao encontro do futuro Presidente no Uruguai. Ele percebeu que ali se organizava outra tentativa para evitar a posse de Goulart.

Brizola julgou que Tancredo passaria por Porto Alegre antes de seguir viagem a Montevideú. Pensou, assim, em retê-lo para impedir tal negociação política com Jango. Considerava corretamente que, estando derrotados os ministros militares, qualquer negociação somente interessaria à maioria conservadora do Congresso e visaria assegurar os privilégios das classes dominantes. Em entrevista a Moniz Bandeira (1979, p. 84) realizada em Nova York, em julho de 1978, Brizola afirmou:

Meu propósito era reter Tancredo Neves em Porto Alegre, mas o avião em que ele viajava seguiu direto para Montevideú. [...] Estávamos descontentes com o rumo da situação. Sabíamos que, àquela altura, Goulart já tinha condições de assumir a Presidência da República, na crista do movimento popular e com o apoio da maioria das Forças Armadas, sem precisar fazer qualquer concessão.

A população que apoiou a Campanha da Legalidade esperava escutar do novo Presidente a promessa de que a desigual estrutura social e a exploração imperialista, denunciadas por Vargas na Carta Testamento, terminariam com a sua chegada ao poder. Contudo, Jango comprometeu-se em conchavos palacianos (SCHILLING, 1979, p. 112).

Em 1º de setembro de 1961, em solo brasileiro, Goulart reuniu os jornalistas e entregou-lhes a mensagem em que aceitava o parlamentarismo. Em decorrência disso, o novo regime foi rapidamente aprovado pelo Congresso Nacional. Ademais, nota-se que Tancredo Neves teve um papel decisivo no processo de capitulação do Presidente, fato após o qual assegurou-se no posto de Primeiro-Ministro.

Brizola dotou o movimento de resistência de um cunho eminentemente popular-revolucionário. Nunca o interesse da maior parte da população havia estado tão perto do poder como naquele momento (SCHILLING, 1979, p. 111).

Goulart tinha força para afastar os agentes do imperialismo e das oligarquias do seio do governo. Podia afastar também os generais golpistas e promover a oficialidade nacionalista e progressista assegurando, assim, base militar às reformas necessárias. No entanto, optou por estabelecer compromissos e assumir a Presidência da República com poderes limitados pelo Congresso. A Resistência Democrática da Legalidade foi profícua, mas a Revolução foi perdida. O pacto parlamentarista enterrou os anseios da população (SCHILLING, 1979, p. 225-226).

4.3. OS ANOS DO PARLAMENTARISMO

Com o sistema parlamentarista implantado e usurpando as prerrogativas do sistema presidencialista, Jango recebeu o poder Executivo enfraquecido, *capitis diminutio* de sua autoridade. O momento econômico que o País atravessava também era particularmente difícil: inflação alta e em trajetória ascendente (salários desvalorizados e custo de vida aumentando), descontrole dos gastos públicos e um alarmante volume de dívida externa a ser pago nos primeiros meses do próximo ano (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 437).

Tancredo Neves, incumbido de compor o primeiro gabinete parlamentar, para controlar a inflação, prosseguiu com a ortodoxa política financeira do governo anterior, alinhada com os conceitos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Também deu seguimento à reforma cambial que beneficiava o setor agroexportador e os grandes grupos estrangeiros e que havia sido iniciada através da Instrução nº. 204, editada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Tal instrução eliminava o sistema de câmbios múltiplos para uma unificação da taxa de câmbio feita pelo mercado de taxas livres, com exceção para apenas alguns produtos. Neves nomeou, ainda, os principais membros da linha de frente do governo de Jânio: Walter Moreira Salles (Ministro da Fazenda), Francisco de San Tiago Dantas (Ministro das Relações Exteriores), Roberto Campos (Embaixador do Brasil em Washington) e Celso Furtado (Ministro do Planejamento) (BANDEIRA, 1978, p. 44). Marini (2012, p. 92) explica como essa reforma cambial, além de favorecer os grandes grupos econômicos, concentrava o mercado:

A liberalização cambial tinha, assim, um duplo objetivo: desafogar o setor externo [...] e permitir, através de um maior liberalismo econômico, que a economia interna marchasse para uma “racionalização”, isto é, que os setores considerados antieconômicos ou ainda incapazes de enfrentar a concorrência fossem eliminados. Não é necessária muita perspicácia para ver que isso deixava as pequenas e médias empresas livres para serem expostas ao apetite dos grandes grupos econômicos.

Em que pese o caráter conservador do Parlamento e as primeiras medidas tomadas, Tancredo Neves, de certa forma, passou a inclinar-se no sentido nacionalista. Por esse viés e por iniciativa do ministro das Minas e Energia, Gabriel Passos – “um nacionalista quase solitário na ‘constelação entreguista’ da UDN” (TOLEDO, 1984, p. 26) –, o Conselho de Ministros cancelou todas as concessões de jazidas de ferro feitas ilegalmente ao truste estadunidense *Hanna Exploration Company* (companhia de mineração que explorava jazidas em Minas Gerais). O chanceler San Tiago Dantas restabeleceu as relações diplomáticas com a União Soviética, além de posicionar-se contra as sanções dos EUA sobre Cuba. Em janeiro de 1962, o Ministro também se absteve de votar a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), numa Conferência em *Punta del Este* (SCHILLING, 1979, p. 47-48).

Em maio de 1959, duas semanas após o encerramento da reunião da OEA, Leonel Brizola havia feito a encampação da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense, filial da multinacional *American & Foreign Power* (Amforp), pertencente a *holding* estadunidense *Bond and Share*, cuja concessão estava vencida, e, dessa forma, não se tratou de nenhum ato arbitrário do Executivo.

Seguindo suas aspirações de desenvolvimento nacional, em 1962, Brizola desapropriou os bens da Companhia Telefônica Rio-grandense, subsidiária da ITT (*International Telephone & Telegraph*), na qual a concessão estava igualmente terminada (BANDEIRA, 1979, p. 63). Por conseguinte, todos esses fatos contribuíram para acirrar as relações entre o Brasil e os EUA, contexto em que o presidente Kennedy acusou Brizola de inimigo dos Estados Unidos (FILHO, 1987, p. 160). O governo americano também classificou o ato de Brizola como “um passo atrás” nos planos da Aliança para o Progresso (SCHILLING, 1979, p. 48). Para Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (2014, p. 241-242):

[...] um dos problemas que mais envenenavam as relações entre os governos do Brasil e dos EUA: a desapropriação pelo governador Leonel Brizola, com indenização puramente contábil,

dos bens de subsidiárias estrangeiras de serviços públicos no Rio Grande do Sul. [...] diante do precedente que criavam, o Congresso dos EUA aprovou a emenda *Hickenlooper*, segundo a qual seria suspensa qualquer “ajuda” aos países onde houvesse desapropriação de empresas norte-americanas sem “justa indenização”.

Essas posições nacionalistas acarretaram uma crise política entre o Brasil e os EUA, tendo a questão das subsidiárias dos serviços públicos como epicentro. Isso evidencia o “processo espoliativo” que o Brasil sempre sofreu por parte das corporações internacionais protegidas pelos seus governos (BANDEIRA, 1979, p. 62). Segundo Brizola (apud VASCONCELLOS, 2008, p. 8) “o processo espoliativo é o problema fundamental. Todos os demais são secundários ou consequências”.

Jango viajou a Washington para, junto do Presidente John Kennedy, encontrar uma solução global para a regulamentação do capital estrangeiro na economia brasileira (caso ocorressem outras nacionalizações das concessionárias de serviço público) e também para negociar a questão da dívida externa. No entanto, mesmo que Goulart ainda fizesse certa distinção entre o imperialismo “bom” e o “mau” e houvesse mencionando a importância da contribuição estrangeira para o Brasil (ALMEIDA, 2014, p. 239), ele não se mostrou receptivo à insistência de Kennedy para a “justa compensação” na compra das empresas de utilidade pública pertencentes aos trustes estadunidenses e ao apoio resolutivo do Brasil à Aliança para o Progresso.

Tais posições de Jango correspondiam a uma iniciativa de independência econômico-política. É importante destacar também que esses fatos ocorreram num momento em que se aumentavam gradativamente os conflitos internos no País, visto que as classes dominantes locais se associavam cada vez mais aos interesses estrangeiros e as reivindicações sociais nas mãos dos trabalhadores e da pequena-burguesia também se elevavam e aproximavam-se das aspirações nacionalistas. A luta de classes passou a acirrava-se no País e estendia-se, inclusive, ao campo (BANDEIRA, 1978, p. 53).

A reforma agrária, que vinha ganhando forças desde a época de JK e que se firmou no topo da agenda política brasileira, deixava de ser um tema de debate entre especialistas e convertia-se em um dos fatores mais importantes da luta popular brasileira (MARINI, 2012, p. 67). No Rio Grande do Sul, estado com grandes latifúndios e forte miséria camponesa, Leonel Brizola desapropriou duas fazendas (Sarandi e Camaquã). Também dividiu entre os lavradores uma fazenda

herdada da família de sua esposa, Neusa Goulart, e dizia que reforma agrária começava em casa (RIBEIRO, 1985).

O desenvolvimento capitalista desintegrava a economia rural e, cada vez mais, fazia-se necessária, de fato, a reforma da propriedade agrícola para atenuar o aumento do desemprego e da miséria no campo e também para possibilitar a ampliação e o fortalecimento do próprio mercado interno do País. Os trabalhadores rurais encontravam-se organizados e invasões de terras se sucederam e se alastraram de Norte a Sul (BANDEIRA, 1978, p. 54).

Dessa forma, engendrou-se um duro conflito de interesses no País, sobretudo entre as Ligas Camponesas – lideradas por Francisco Julião e que nasceram da resistência dos foreiros contra a opressão dos grandes proprietários fundiários e a dominação político-econômica que os trabalhadores rurais estavam submetidos (TOLEDO, 1984, p. 76-77) –, o PSD e os proprietários de terras. A luta política convocada por Julião representava aspirações socialistas. No meio de sua importante reflexão, tal líder afirmava:

São doze milhões de vendedores de força de trabalho, presos ao campo como à galé perpétua de que falava Castro Alves. Todos se encontram manietados pelo regime de servidão, movendo-se dentro do mesmo cenário trágico, de onde só emergem para ir habitar o mocambo, a favela, a maloca, o prostíbulo, o hospital, o cárcere, e, por fim, o cemitério. Não conhecem o berçário, a creche, a escola, a cultura, a saúde, a paz, o futuro, a vida. (apud RIBEIRO, 1985)

No Congresso, no entanto, barrou-se a Reforma devido às forças do conservadorismo rural mancomunado com os monopólios estrangeiros, cujos integrantes mostravam-se temerosos de que o Governo também investisse sobre suas propriedades (BANDEIRA, 1978, p. 55).

Assim, o confronto de classes acentuou-se e a agitação social incumbia-se de polarizar a luta, empurrando as forças partidárias para seus respectivos leitões políticos. Conforme explica Moniz Bandeira (1978, p. 57):

O PSD, com raízes predominantemente no latifúndio, tendia a acompanhar seu aliado ideológico natural, a UDN, partido mais representativo da burguesia cosmopolita e da oligarquia financeira, rompendo com o PTB e com o esquema getulista de conciliação de classes.

Nessa conjuntura, Tancredo Neves, que mantinha compromissos com os diversos partidos, não teve mais condições de sobrevivência no cargo de Primeiro-Ministro. Sua saída, em junho de 1962, ampliou a instabilidade política

do País e o enfrentamento entre Goulart e o Congresso. No entanto, ao passo que as forças reacionárias buscavam obrigar o Presidente a sancionar um novo Conselho de Ministros conservadores, Jango, com a ajuda de militares progressistas e o amplo apoio da população que se agitava (sobrevieram, inclusive, duas greves gerais: em 5 de julho e em 14 de setembro), conseguiu colocar no cargo Francisco Brochado da Rocha, figura ligada a Brizola e que se alinhava com a política de Goulart e, sobretudo, comprometia-se com os esforços para a antecipação do plebiscito que referendaria ou não o sistema parlamentarista (BANDEIRA, 1978, p. 60).

Brochado da Rocha, presidindo o novo gabinete, logo de início teve duas iniciativas. Primeiramente, elaborou e remeteu ao Congresso o projeto de lei visando antecipar o plebiscito para outubro daquele ano, contudo, foi aprovado um projeto conciliador que definia o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. A segunda iniciativa do Gabinete de Brochado da Rocha solicitava ao Congresso que este autorizasse o Conselho de Ministros a legislar através de decretos, mas a aliança PSD/UDN, sabendo que esse Conselho apresentava um ideal progressista, fechou questão contra a “delegação de poderes” pedida pelo Gabinete (TOLEDO, 1984, p. 35).

Vendo sua mensagem ser derrotada pelo Congresso, o Primeiro-Ministro, após dois meses no cargo, demitiu-se. Instalou-se, assim, em 18 de setembro de 1962, o terceiro e último Conselho de Ministros, presidido pelo ex-Ministro do Trabalho, Hermes Lima, que durou até 24 de janeiro de 1963 (TOLEDO, 1984, p. 36).

4.4. A ASCENSÃO DO EXECUTIVO NACIONAL-REFORMISTA

Em janeiro de 1963, Jango livrou-se do parlamentarismo e passou a governar dentro do sistema presidencialista. Entretanto, ainda que tenha obtido uma contundente votação – dos 11,5 milhões de eleitores, 9,5 milhões votaram a favor do retorno do regime presidencialista –, o presidente não quis assumir um mandato popular em toda a plenitude. Na busca por exercer um programa de desenvolvimento nacional-reformista sem radicalização e devido a alguns compromissos assumidos – inclusive com setores mais conservadores durante a

campanha do presidencialismo –, o Presidente procurou formar um bloco de poder que visava uma sociedade mais pluralista, e, para isso, buscou apoio mais abrangente do que apenas as forças populares e estabeleceu uma aliança: dividiria a vitória do plebiscito com o PSD para que este lhe desse suporte parlamentar. Jango também recebeu forte apoio da pequena e da média-burguesia industrial nacional e do setor agrário, os quais abasteciam o mercado interno e desejavam alargar suas bases sociais por razões econômicas próprias. No entanto, segundo Marini (2012, p. 148) o governo passaria a enfrentar um forte dilema: “obter o respaldo operário para a política externa e as reformas de base, do interesse da burguesia, e conter, ao mesmo tempo e por exigência dessa burguesia, as reivindicações salariais”.

Essa nova correlação de forças – dentro do apelo nacionalista e reformista – denotava, por sua vez, o rompimento com o pacto populista desejado pelo bloco capitalista industrial financiado pelas políticas inter-relacionadas de associação ao capital estrangeiro. Nas palavras de Dreifuss (1986, p. 131):

Ao tentar reorganizar a correlação das forças econômicas dentro das classes dominantes, os setores industriais e agrários [...] quebram objetivamente a convergência da classe populista tradicional, assim como seu marco ideológico-institucional. A tentativa de se reconstituir o sistema e regime político brasileiro envolveu então a composição de um novo bloco de poder agroindustrial, apoiado pelas classes trabalhadoras urbanas e pelo campesinato mobilizado.

Importante destacar que, neste momento, a colaboração entre a classe média-burguesa nacional e a classe trabalhadora, que parecia sustentar a base do governo reformista, levava a crer na possibilidade de se concretizar, ao contrário do período Vargas, uma “frente única” operário-burguesa de desenvolvimento nacional (MARINI, 2012, p. 98). Contudo, Leonel Brizola, conforme seu artigo publicado em 9 de março de 1964, em *O Panfleto*, denunciava equivocada e desnecessária essa aliança do governo com certos setores da burguesia, pois o resultado do plebiscito legitimaria o Presidente a escolher um caminho autônomo. Conforme Brizola:

Dez milhões de brasileiros ofereceram impressionante demonstração de coesão, num pleito que a corrupção do poder econômico e a opressão das oligarquias não puderam desvirtuar nem viciar os resultados. [...] é fácil concluir que aquela aplastante manifestação popular teve o sentido de repúdio à política de acomodação, de vacilações, de indefinições, vigorante no período

do parlamentarismo (O PANFLETO, 1964, p. 2 apud PAULO, p. 382, 2017).

Goulart buscou formar um ministério em maior medida de centro-esquerda, o qual incluía: Darcy Ribeiro (Ministro da Casa Civil), San Tiago Dantas (Ministro da Fazenda), João Mangabeira (Ministro da Justiça), Celso Furtado (Ministro do Planejamento), Almino Afonso (Ministro do Trabalho e da Previdência Social), Ulysses Guimarães (Ministro do Desenvolvimento), entre outros. No entanto, em função das alianças, ainda havia alguns políticos e militares dos setores conservadores dentro dos ministérios (TOLEDO, 2004, p. 16).

Em dezembro de 1962, ainda um pouco antes de assumir o presidencialismo e no mesmo mês que havia recebido a visita sigilosa do irmão do presidente John Kennedy, Robert Kennedy, o qual desejava atraí-lo politicamente (AITH, 2001), Goulart, a partir do agravamento das contradições internas do País e da exigência de uma transformação estrutural econômica e social, divulgou seu plano de governo chamado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). Frente aos dois maiores problemas da economia brasileira – aceleração da inflação (37% em 1961 e 51% em 1962) e desaceleração do crescimento econômico do País (taxa de 7,3% em 1961 e 5,4% em 1962) – o Plano tratava, em linhas gerais, de estabelecer um conjunto de medidas destinadas a controlar os investimentos diretos estrangeiros, recuperar o crescimento econômico e promover progressivamente um regresso à estabilidade inflacionária. Paralelamente, o Plano objetivava efetuar uma maior distribuição de renda e reduzir as desigualdades regionais do País (TOLEDO, 1984, p. 44).

Jango também passou a articular, ainda que sem radicalismos, o seu Plano de Reformas de Base, que havia anunciado, pela primeira vez, em 1958, e que também o vinculou na sua campanha contra o parlamentarismo. O programa apresentava uma amálgama do trabalhismo de Vargas com a ambição de transformar a realidade. Estabelecia, ainda, que o cerne de tal plano fosse uma solução ao problema agrário e uma reforma no trato com as empresas multinacionais ou, em resumo, uma série de diretrizes para as reformas de base que possibilitaria a superação de obstáculos econômicos, políticos e sociais. Essas reformas eram: administrativa, urbana, tributária, universitária, bancária,

agrária, cambial e eleitoral (MARINI, 2012, p. 98). A antropóloga Lilia Schwarcz (2015, p. 439) explica sinteticamente cada uma das reformas:

A reforma agrária avançava sobre o latifúndio, e impactava a produção e a renda do campo; a reforma urbana interferia no crescimento desordenado das cidades, planejava o acesso à periferia e combatia a especulação imobiliária; a reforma bancária previa uma nova estrutura financeira sob controle do Estado; a reforma eleitoral poderia alterar o equilíbrio político, com a concessão do direito de voto aos analfabetos – cerca de 60% da população – e aos soldados, e com a legalização do Partido Comunista; a reforma do estatuto do capital estrangeiro regulava a remessa de lucro para o exterior e estatizava o setor industrial estratégico; a reforma universitária acabava com a cátedra, e reorientava o eixo do ensino e da pesquisa para o atendimento das necessidades nacionais.

A situação do País era economicamente grave e os problemas vinham acumulando-se desde o governo de JK. Isso, por sua vez, colocava o País em posições bastante suscetíveis. O Balanço de Pagamento brasileiro, por exemplo, fechou em dezembro de 1962 com significativo déficit e, para equilibrá-lo, o País precisou renegociar, com Washington e demais entidades internacionais de crédito, as dívidas com curtos prazos de vencimento assumidas pelos governos anteriores, além de aceitar toda a sorte de imposições para obter os novos empréstimos (BANDEIRA, 1978, p. 93).

Ocorre que os diversos mecanismos dentro dessas “ajudas” financeiras tornam o círculo de espoliação vicioso e atestam ainda mais a dominação imperialista. Além de as empresas estadunidense, em articulações complexas com os seus Estados imperialistas, invariavelmente retirarem maiores lucros (inclusive de formas fraudulentas através de serviços inexistentes e de fraudes cambiais) em comparação com aquilo que investem no país hospedeiro. A drenagem dos recursos nacionais, através da remessa de lucros, juros, royalties e dividendos, somados com a deterioração dos termos de troca, provoca um déficit estrutural nas transações correntes (mercadorias e serviços) e os centros hegemônicos apossam-se cada vez mais do controle político-econômico dos países subdesenvolvidos (BANDEIRA, 1978, p. 91-93).

4.5. AS IMPOSIÇÕES ESTADUNIDENSES E AS DEFINIÇÕES DE CLASSE

San Tiago Dantas buscou diálogo com Washington para obter empréstimo de U\$S 398,5 milhões. Os EUA concederiam inicialmente a quantia de U\$S 84 milhões e prometeram mais U\$S 314,5 milhões para o ano fiscal de 1964 (TOLEDO, 1984, p. 50). Contudo, o Brasil, para receber esses empréstimos, precisou ceder a pressões e, entre outros compromissos, sinalizou a compra da American & Foreign Power (Amforp) nos termos desejados pelos EUA (BANDEIRA, 1978, p. 95). Tal fato somente não ocorreu porque Leonel Brizola denunciou e demonstrou de forma ostensiva todas as irregularidades e ilegalidades nessa negociata lesa-pátria (SCHILLING, 1979, p. 269).

No País, os conflitos internos e externos ganhavam maior densidade e capacidade de pressão e necessitavam de uma tomada de decisões políticas de João Goulart, pois, ao optar pelos modelos econômico-políticos determinados pelo FMI, o peso da crise recairia, acima de tudo, junto aos trabalhadores e à classe média. Segundo Moniz Bandeira (1978, p. 94):

A questão consistia em saber de que lado se cortaria a carne. Ou o Governo completava as medidas de estabilização monetária, de acordo com o figurino do FMI, comprimindo os salários etc., ou reorientava o desenvolvimento do País no sentido da redistribuição de renda, mediante crescente intervenção do Estado na economia, com a limitação dos lucros extraordinários, controle das remessas para o exterior, [...] reforma agrária, enfim, medidas drásticas e transformações de base, de caráter democrático e nacional.

Jango chegou a dispor-se a negociar com o aparato imperialista do FMI e a atender algumas de suas exigências. No entanto, ao passo que as classes operárias estavam organizadas, sobretudo através das direções operárias independentes CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e PUA (Pacto de Unidade e Ação), além do grande incentivo à sindicalização do campesinato, mais difícil era qualquer decisão do Governo. Vale apenas pontuar que, à medida que aumentava a absorção do movimento rural de massas pela via do sindicalismo, as forças espontâneas, como as Ligas Camponesas, enfraqueciam-se (SAES, 1985, p. 130).

Algumas das políticas do FMI chegaram, de fato, a ser adotadas pelo Governo, contudo, carregadas de ideologia e de vantagens que beneficiavam as

instituições financeiras dos Estados Unidos. Essas medidas foram claramente insuficientes para controlar a inflação local e a crise político-social brasileira se aprofundou. Dessa forma, fica evidente que qualquer ação para estabilizar o cálculo econômico sem penalizar a acumulação capitalista ou os trabalhadores é insuficiente, além de reafirmar a incapacidade das tentativas de conciliação de classe (BANDEIRA, 1978, p. 98).

Diante do aumento das divergências entre Washington e Brasília, o presidente estadunidense, John Kennedy, chegou a suspender todos os recursos da Aliança para o Progresso que financiariam o déficit na Balança de Pagamento brasileiro e, dessa forma, obrigou João Goulart a tomar uma escolha: ceder e, além de concluir a compra da Amforp, adotar as orientações econômicas do FMI, ou romper de vez as relações entre os dois países. Moniz Bandeira (1978, p. 107) explica o que significava render-se às exigências de Washington:

[...] ter que congelar os salários nos seus níveis mais baixos, intensificando a apropriação da mais-valia pelas classes dominantes, a fim de assegurar a continuidade da acumulação interna de capital e manter a taxa de reinvestimentos, sem prejuízo das remessas de lucro.

Goulart manteve, como de costume, seu estilo de conduta conciliador até onde pôde – inclusive, quando ocorreu o afastamento de San Tiago Dantas para candidatar-se a deputado federal, o Presidente, para obter certa credibilidade dos setores de direita, nomeou, em 21 de junho de 1963, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, expoente da burguesia paulista, para o Ministério da Fazenda.

4.6. O COMPLEXO POLÍTICO-MILITAR IPES/IBAD E A ATUAÇÃO DOS EUA

Não obstante as reformas progressistas encabeçadas pelo Governo Federal, ocorria paralelamente um aumento dos movimentos de massas no País e, de forma imediata, crescia a oposição das classes dominantes. A crise política tornou-se orgânica e agravou a polarização de classes entre os interesses multinacional-associado e os das camadas trabalhadoras, que vinham apresentando forte politização (DREIFUSS, 1986, p. 146).

Dessa forma, o governo nacional-reformista de Goulart, ao buscar melhorar as condições de vida das camadas populares, efetuar uma distribuição mais equitativa e estimular as indústrias de porte médio e os setores agrários voltados para o grande mercado de baixa renda intensificou o conflito entre o Estado brasileiro e o bloco multinacional-associado (DREIDUSS, 1986, p. 133). Em perspicaz análise, Darcy Ribeiro (2006, p. 207-208) discute como, naquele momento, defrontavam-se dois “Brasis”, e declara que:

Numa vertente, estava o Brasil das Reformas de Base, empenhado em abrir perspectiva para uma nova era, fundada numa prosperidade oriunda da ativação da economia rural e da mobilização da economia urbana, ampliada através das outras reformas em marcha [...] Na vertente oposta, estava o Brasil da reação, em união sagrada para a conspiração e o golpe, sem qualquer escrúpulo, a fim de manter a velha ordem.

As oligarquias latifundiárias começaram, inclusive, a criar milícias no campo e, não obstante, apareceram também formações urbanas semelhantes vinculadas aos governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros. Dentro dos mesmo interesses, os industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro e diversos oficiais, reformados ou na ativa, que orbitavam em torno da Escola Superior de Guerra (ESG), criavam uma “sociedade de estudos” – o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (MARINI, 2012, p. 101). Essa coalizão burguesa, antipopular e travestida de instituição “democrática” e de estudos sobre a realidade brasileira era, na prática, um núcleo de doutrinação e articulação golpista com agenda própria, financiada por diversas fontes (empresas nacionais, monopólios estrangeiros, fundos manejados pela embaixada estadunidense) e pautada por radicalismos de direita.

Ocorria, naquele momento, até mesmo intervenção estadunidense junto às classes empresariais através do embaixador dos EUA no Brasil e professor liberal da Universidade de Harvard, Lincoln Gordon. Recursos oriundos da Aliança para o Progresso chegaram a ser repassados ilegalmente – pois não obedeciam ao processo legal de passar pelo Governo Federal – a determinados governadores brasileiros que operavam a ação de grupos golpistas. Destaquem-se, entre os governadores beneficiados, o de Minas Gerais (Magalhães Pinto), o do Rio de Janeiro (Carlos Lacerda), o de São Paulo (Adhemar de Barros) e o do Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti). O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), dirigido diretamente pela Central de Inteligência Norte-Americana (CIA), embora

fundado em 1959, teve suas atividades intensificadas e suas verbas eram utilizadas para aliciar empresários, deputados, senadores, dirigentes sindicais e, por fim, interferir sobremaneira na vida política nacional (MARINI, 2012, p. 102). Lilia Schwarcz (2015, p. 440), ao discorrer sobre esse insidioso trabalho do Instituto Brasileiro de Ação Democrática em subornar o sistema político brasileiro, assegura que:

O IBAD despejou uma avalanche de dinheiro para o financiamento de 250 candidatos a deputados federais e seiscentos deputados estaduais, além de oito candidatos a governadores – uma ilegalidade sem tamanho, de acordo com a lei eleitoral em vigor. Os recursos provinham de empresas multinacionais ou associadas ao capital estrangeiro, e de fontes governamentais dos Estados Unidos responsáveis por investir [...] na conspiração contra Goulart, como anos depois o embaixador norte-americano confirmou ter feito.

O pânico difundido por esses grupos reacionários retirava o apoio das pequenas e médias burguesias a Goulart, e, nessa perspectiva, as classes capitalistas se agregaram cada vez mais sob a liderança dos complexos IPES/IBAD, como também agiram sob a bandeira de um único partido de ordem, as Forças Armadas. Esse contexto representou, por assim dizer, o momento político-militar da elite brasileira (DREIFUSS, 1986, p. 143).

Sem o intuito de pormenorizar sobre os elevados recursos financeiros e as diversas atuações dos complexos IPES/IBAD, infere-se, no entanto, que suas ações influenciaram de forma insalubre a vida política do País e geraram a supremacia dos interesses multinacionais-associados ao posicionamento de força política (DREIFUSS, 1986, p. 145). Além disso, penetraram na vida dos sindicatos e do campesinato, na imprensa e nas agências de publicidade e foram decisivas no processo eleitoral de 1962, onde políticos progressistas foram combatidos e deputados e governadores compromissados em defender o capital estrangeiro e impedir a reforma agrária foram eleitos (BANDEIRA, 1978, p. 68-69). Antonio Gramsci (apud ARRIGHI, 1994, p. 28) formulava esse tipo de ação nos seguintes termos:

[corrupção/fraude] consiste em conseguir a desmoralização e a paralisação do antagonista (ou antagonistas) através da compra de seus líderes – quer às ocultas, quer, no caso de perigo iminente, de forma aberta –, a fim de semear a discórdia e a confusão em suas fileiras.

4.7. A OFENSIVA CONSERVADORA E A DEBILIDADE POLÍTICA DO GOVERNO

O antípoda governador Carlos Lacerda, em campanha para desestabilizar o Presidente da República, concedeu uma entrevista a um jornalista estadunidense do *Los Angeles Times*, a qual foi publicada no Brasil pela *Tribuna da Imprensa*, no dia 1º de outubro de 1963. Nessa entrevista, Lacerda aclamava a intervenção dos EUA e afirmava que o governo de Goulart era composto por comunistas e que os militares já discutiam quanto ao seu futuro – inclusive, se era “melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término do seu mandato ou destruí-lo agora mesmo” (BANDEIRA, 1978, p. 130).

A polarização política agrava-se de forma acintosa: os três ministros militares consideraram a entrevista injuriosa e exigiram uma resposta do Presidente. Jango, que também havia recebido mal a declaração de Lacerda, envia, por fim, ao Congresso, uma mensagem solicitando a decretação do estado de sítio no País pelo prazo de trinta dias. Havia nesse ato a intenção de que os militares ocupassem a Guanabara e impedissem Lacerda de continuar com suas ações provocativas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 442).

Para garantir apoio, Goulart entra em contato com Brizola, o qual endossava uma política de confronto e aconselhava corretamente o Presidente, naquela conjuntura, a dar o próprio golpe de Estado. Dizia Brizola, observando a situação que o País vivia: “Se não dermos o golpe, eles o darão contra nós” (BANDEIRA, 1978, p. 131).

Desde pelo menos a luta da Campanha da Legalidade, Brizola defendia um ato revolucionário para combater os agentes reacionários e suas políticas escusas aos interesses da nação. Ele sempre se confrontou contra o capital estrangeiro, lutou para a convocação de uma Assembleia Constituinte Popular e admitia ser necessário atropelar o Congresso para executar as reformas de base (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 442).

No entanto, o próprio governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o deputado federal Sergio Magalhães e outros dissidentes da bancada do PTB na Câmara Federal, mais diversas lideranças das forças de esquerda, ainda que por razões distintas, foram receosos em apoiar essa ação de Goulart, sobretudo pela

preocupação de que tal ato de suspender as liberdades públicas viesse a reprimir os próprios movimentos sociais (BANDEIRA, 1978, p. 132). Conforme trazia uma nota do Comando Geral dos Trabalhadores (TOLEDO, 1984, p. 63):

Somos, por princípio, contrários ao Estado de Sítio porque entendemos que a manutenção e ampliação das liberdades democráticas são meios insubstituíveis e necessários às lutas contra os inimigos do Brasil e aos interesses do povo.

Sem apoio a essa investida, a derrota à decretação do Estado de Sítio estava anunciada. Jango, assim, enfraqueceu-se e, após a efetiva rejeição da proposta pela Comissão de Justiça da Câmara Federal, fez o seguinte comentário ao deputado Doutel de Andrade: “Nesta madrugada começou a minha deposição.” Por fim, Jango recuou e retirou a malograda mensagem do Congresso (BANDEIRA, 1978, p. 133). Nota-se, assim, como em conflitos políticos é delicado fazerem-se ultimatos, pois, caso essa ação torne-se inviável, a credibilidade do propositor é extremamente abalada.

Um mar tempestuoso de instabilidade política e administrativa estava evidente. A rotatividade ministerial era grande - inclusive, os ministros da Fazenda apresentavam, em média, vinte meses na função, mas durante o governo de Goulart, a média dos seus cinco Ministros ficou em torno de seis meses (GASPARI, 2002, p. 48) – e, ainda que não possamos reduzir a análise a uma pura consequência de problemas econômicos, a inflação anual era de 79,9% e o crescimento econômico foi de apenas 1,5% ao ano (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 443). Conforme explica Francisco de Oliveira (1972, p. 59), esse baixo crescimento econômico em comparação aos anos anteriores ocorria pela redução do nível de inversão – relação entre a formação de capital e o Produto Interno Bruto. Contudo, em sua análise, isso não foi minimizado não por não ser possível economicamente, mas por não ser possível realizar-se institucionalmente. As classes dominantes (oligarquias rurais, grupos agroexportadores, média burguesia industrial, grande burguesia monopolista associada ou nacional) estavam organizadas na oposição ao governo e, doravante, a pequena-burguesia urbana e a classe média retiravam progressivamente qualquer apoio a Jango e deixavam-se facilmente enganar pela propaganda reacionária que dizia que as reivindicações populares e as reformas progressistas não passavam de um plano comunista.

Nesse contexto de forte tensão, Jango sentia que a terra fugia aos seus pés e, ao compreender que a única saída diante da ameaça golpista da direita era vincular-se de forma definitiva com os setores populares e progressistas, rompeu, por fim, os limites de qualquer vestígio do pacto populista e voltou-se à esquerda. Em nota, Miguel Arraes afirmava (apud TOLEDO, 1984, p. 65):

[...] se o Presidente da República, fiel à sua formação política e aos compromissos que tem com as massas trabalhadoras, deseja superar nossa aguda crise interna e manter nossa política externa independente, ele precisa apoiar-se nas “forças populares” e com elas estabelecer um novo governo, capaz de elaborar e executar um programa democrático, nacionalista e progressista.

Em 31 de dezembro de 1963, o Ministro da Fazenda Carvalho Pinto, por conta de intrigas com o Presidente da República, renunciou ao cargo. Os principais setores da esquerda faziam campanha e pretendiam que Brizola assumisse a pasta para que, com firmeza, executasse transformações políticas. “Contra a espoliação, Brizola é a solução” era um dos principais lemas da militância. Contudo, além da resistência interna dos setores conservadores, no plano internacional, os EUA, oponentes ferrenhos de Brizola, ameaçaram efetuar diversas represálias, inclusive sinalizaram suspender os empréstimos financeiros e as relações comerciais com o Brasil (TOLEDO, 1984, p. 66). Goulart, no entanto, designou o economista (ex-presidente do Banco do Brasil e muito próximo dele, mas pouco conhecido nacionalmente) Nei Galvão para o Ministério da Fazenda. Segundo o intelectual e militante político Plínio de Arruda Sampaio (2014), a saída de Carvalho Pinto, o qual era ainda um ministro visto com bons olhos pela oposição, foi o fator decisivo para o desenrolar do golpe três meses depois.

4.8. O ANO DE 1964 E O INÍCIO DE UM NOVO FIM

O Presidente, que em muitos momentos evitou assumir plenamente a vitória do presidencialismo e impor ao Congresso as necessárias reformas de base – as quais, segundo Brizola, deveriam ser feitas “na lei ou na marra” (RIBEIRO, 2006, p. 216) – em janeiro de 1964 regulamentou a Lei de Remessa de Lucros, aclamada desde a carta-testamento de Getúlio Vargas e que havia sido aprovada pelo Congresso, em agosto de 1962. Tal lei, a qual seria a primeira a

ser revogada pelo governo Castelo Branco, restringia a remessa de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes. Determinava, assim, que as empresas estrangeiras teriam o direito de remeter, para fora, dividendos de até 10% do capital que introduzissem no Brasil. Os lucros acima desse limite seriam considerados capital suplementar, devendo ser reinvestidos no País (RIBEIRO, 2006, p. 207).

Leonel Brizola analisava a política através do verdadeiro dilema brasileiro, o qual concerne à formação social e suas estruturas, que são determinadas pela dependência econômico-política em relação ao sistema imperialista. Para Brizola, a luta principal das reformas estruturais deveria ser uma luta contra o poder político que o capital estrangeiro dispunha – e ainda dispõe – na defesa dos seus interesses. Seria, por fim, uma luta contra as forças que mantêm essa ordem social dependente. Nas suas palavras: “A estrutura interna e o processo espoliativo são irmãos siameses, são partes inseparáveis do mesmo sistema” (ALMEIDA, 2014, p. 249).

Ainda que a Lei de Remessa de Lucros não tenha sido uma ruptura definitiva com o capital imperialista, reduzia-o a níveis mais aceitáveis. A medida, além de conter a evasão de divisas – fator do déficit do balanço de pagamento – visava instrumentalizar o Estado para que o lucro estrangeiro obtido localmente fosse efetivamente reinvestido no País, incorporando-se, assim, no esforço de industrialização local e sem obter qualquer privilégio acima dos concedidos aos capitais nacionais (ALMEIDA, 2014, p. 247). As medidas eram constitutivas de uma política estatal que corroborava para o aumento da própria capacidade de intervenção do Estado, isto é, por assim dizer, para limitar o capital imperialista, tornando-o não mais um parasita do desenvolvimento capitalista brasileiro (ALMEIDA, 2014, p. 237). Isso significou um verdadeiro desvencilhamento do caráter populista dos antigos governos, que reconciliava as várias frações das classes dominantes e manipulava as classes trabalhadoras (DREIFUSS, 1986, p. 135).

No entanto, ainda que houvesse certas divergências (não oposição) dentro da esquerda mais radical (no sentido político de querer chegar à raiz dos problemas) e a esquerda mais moderada quanto ao apoio às reformas, o fato principal é que as propostas nacionais-reformistas passaram a sinalizar um avanço progressista e a ganhar apoio cada vez maior da população.

Às dez horas da noite do dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, na Praça da República, em frente à Central do Brasil – mesmo lugar que Vargas utilizou para a cerimônia de fundação do Estado Novo sob a proteção de tropas do I Exército –, Brizola e Jango uniam a esquerda brasileira e mobilizavam mais de 500 mil pessoas no Comício da Central. Divulgou-se, nesse momento, os decretos que limitariam os aluguéis urbanos, efetuariam a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e desapropriariam as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais (MARINI, 2012, p. 104). Jango, inclusive, chegou a declarar que bastava de conciliações (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 444) e Brizola postulou a necessidade de um verdadeiro governo nacionalista e popular. Brizola também criticou fortemente o Congresso Nacional e propôs a sua derrogação e a convocação de uma Assembleia Constituinte (TOLEDO, 1984, p. 97).

Dois dias depois, em 15 de março, Goulart envia a Mensagem Anual da Presidência ao Congresso, a qual definia a agenda das reformas de base e apresentava a convocação de um plebiscito para sua aprovação. Também demandava a transferência de certos poderes legislativos ao Executivo e certas modificações no texto da Constituição de 1946 (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 444). Segundo Moniz Bandeira (1978, p. 164) os principais itens das reformas estavam condensados da seguinte forma na Mensagem Presidencial:

- IV. reforma agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro;
- V. reforma política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré, segundo a doutrina de que “os alistáveis devem ser elegíveis”;
- VI. reforma universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra;
- VII. reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao Presidente da República;
- VIII. consulta à vontade popular, através de plebiscitos, para o referendun das reformas de base.

O projeto de reforma agrária visava, num esforço contra o arcaísmo das estruturas nacionais. A reforma diminuiria a precariedade no campo e transformaria, inclusive, muitas pessoas que viviam em uma situação de penúria em consumidores da produção do parque industrial brasileiro. A reforma também procurava introduzir na Constituição o princípio de que a ninguém era lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade. Conforme destacou Darcy Ribeiro (2006, p. 207):

Por essa via legal é que o Presidente pretendia dar terras, em pequenos lotes, a dez milhões de famílias, da mesma forma que a lei americana fizera, em 1860, distribuindo aos pioneiros o seu Oeste e criando o mercado interno, que foi o fundamento da prosperidade daquela nação.

A agitação contra o governo recrudescceu e o imperialismo – regente invisível que explora os conflitos internos e as lutas de classe para estabelecer suas pautas – estava mais próximo de concluir seu desejo de derrubar Goulart. Inclusive o Exército – dispositivo que, em certa medida, ainda sustentava Goulart – também rompe com a legalidade. Houve uma união dos militares, inicialmente através dos oficiais médios e superiores, agrupando-se posteriormente com as demais facções, mediante a liderança do General Ex. Humberto de Alencar Castelo Branco. Os militares, visando a retomada de sua “função de guardiões da ordem social” e da dominação de classe, estavam unidos para o bloqueio da ascensão popular e para a liquidação das organizações de esquerda. Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, elaborou um manifesto clandestino contra o governo constitucional denominado “Instrução reservada do General Castelo Branco”, no qual afirmava:

Compreendo a intranquilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao comício de 13 do corrente mês. [...] São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. [...] A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura. [...] Entrarão as Forças Armadas numa revolução para [...] submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo. Não, as Forças Armadas não podem atrair o Brasil (DINES, 1964, p. 392).

Setores da Igreja Católica, liderados pelo padre estadunidense Patrick Peyton (SZATKOSKI, 2008, p. 23), também se mostraram fundamentais e orgânicos – já que o clero proporcionava a comunicação com as bases sociais populares (DREIFUSS, ano, p. 254) – e, muito em função disso, organizou-se, em São Paulo, o que seriam as “marchas da família, com Deus, pela liberdade” (MARINI, 2012, p. 103). A classe dominante encontrou, no seio da classe média urbana e cristã, grande apoio (SAES, 1985, p. 135). Assim, as pessoas com aversão ao protagonismo crescente dos trabalhadores, em 19 de março de 1964, saíram da Praça da República e marcharam ombro a ombro até a Praça da Sé, gritando em coro “para salvar o Brasil de Jango, de Brizola e do comunismo”

(SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 444). Elas também levavam faixas com a inscrição “32 + 32 = 64” e, no término da manifestação, houve a execução do Hino da Revolução de 1932 pela Banda da Guarda Civil paulista (SILVA, 2004, p. 104). Semelhantes movimentos reacionários ocorreram em diversas outras capitais do País e, a partir de então, o equilíbrio de forças rompeu-se de vez, pois o centro derivava à direita. Um fato a observar-se é que, em novembro de 1964, oito meses após o golpe militar, o governo dos EUA patrocinaria uma viagem aos Estados Unidos para as líderes das marchas e representantes do movimento Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), as quais foram recebidas como campeãs da democracia contra o comunismo (FICO, 2008, p. 85).

Como bem se sabe, o inimigo do imperialismo nunca foi a ameaça comunista, até porque isso nunca existiu (nunca passou de mera quimera), mas, sim, o projeto de desenvolvimento brasileiro (VASCONCELLOS, 2005, p. 32). Conforme afirmava o oficial de informação da embaixada britânica no Brasil, Geoffrey Stow, o Brasil não correria nenhum risco de uma revolução comunista, pois a imprensa, os militares e a Igreja Católica eram todos antissocialistas (CATARINO, 2011). O engodo do comunismo é tudo aquilo que contraria os interesses dos Estados Unidos e das suas multinacionais, dos latifundiários e dos industriais associados; isto é, toda e qualquer reforma que se pretenda fazer no sentido do avanço e do progresso será travada porque batizada de comunista (SODRE, 1997, p. 103). Pelo critério estadunidense há o “bom” nacionalismo, aquele anticomunista, enquanto há o “ruim”, qualquer projeto que buscasse autonomia frente à sua influência. Conforme afirma Moniz Bandeira (1978, p. 178): “o comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores”.

Ocorreram ainda dois eventos que deram maiores subterfúgio aos militares golpistas. Primeiro, no dia 25 de março, na Guanabara, após assistirem ao filme *O Encouraçado Potemkin*, os sonhos revolucionários povoaram as mentes e os corações da marujada brasileira (TENDLER, 1984) e ocorreu o que ficou conhecido como a “Revolta dos Marinheiros”, ato que contou com a presença de Brizola e, no qual, o ministro da Marinha havia ordenado a prisão de todos os revoltosos. Goulart, no entanto, contrariando o Ministro, decretou a anistia – deixou-se influenciar, inclusive, por lembranças de sua visita a Leningrado, onde

conheceu o cruzador Aurora, donde partiram os primeiros tiros da revolução bolchevique (TENDLER, 1984). O segundo acontecimento ocorreu no dia 30 de março, quando o Presidente, buscando uma estratégia de apoiar-se em militares subalternos contra seus superiores, pronunciou um discurso provocativo durante a cerimônia festiva da Associação dos Sargentos e Subtenentes da Polícia Militar da Guanabara, no Automóvel Clube (FICO, 2008, p. 74). Numa forte ressonância à carta-testamento de Vargas, Goulart denunciou o golpe que estava sendo tramado contra o seu governo, golpe este financiado por países imperialistas em conluio com a burguesia brasileira (TOLEDO, 1984, p. 103).

A CIA conseguiu acirrar os conflitos e, desse momento em diante, estava criado todo o clima social – “psicossocial”, como diria o general Golbery (SOUZA, 2008, p. 56) – e político para o golpe de Estado. O clima incitava e dava legitimidade às Forças Armadas no sentido de efetuarem a intervenção militar.

4.9. A OPERAÇÃO *BROTHER SAM* E O GOLPE FINAL IMPERIALISTA

Inicialmente, o Presidente Kennedy propagava uma imagem política de hostilidade a golpes militares, porém, ocultamente, orquestrava a queda de Goulart. Em seu governo houve uma abordagem assistencialista para a América Latina, mas o que ocorria era um forte propósito ideológico de controle da região (FICO, 2008, p. 32). Em 1961, o Departamento de Estado dos EUA começou a solicitar ao Itamaraty vistos para seus militares que entravam no Brasil sob os mais diversos disfarces (religiosos, jornalistas, executivos etc.). Esses sujeitos, chamados de “Boinas verdes”, pertenciam a uma unidade de elite militar estadunidense treinada, sobretudo, para combater movimentos progressistas. Conforme as estatísticas oficiais de desembarque de indivíduos estadunidenses no Brasil, em 1962, os números representaram recordes de imigração e, em 1963, ainda que esse cálculo tenha diminuído, o cômputo de entrada de pessoas era maior que a média em relação a todos os anos anteriores (BANDEIRA, 1978, p. 136-140). Em 1962, no contexto da campanha eleitoral (questão explicada anteriormente), a intervenção dos EUA no processo político brasileiro intensificou-se e ultrapassou os limites “normais” de propaganda ideológica (FICO, 2008, p. 77). A CIA claramente veio organizando diversas operações especiais dentro e

fora do Brasil; inclusive, em julho de 1963, ocorreu o considerável fato de um submarino estadunidense ter desembarcado em Pernambuco com munições de guerra (BANDEIRA, 1978, p. 135).

Ressalta-se, quanto ao comportamento do Presidente Kennedy, que a classe dominante estadunidense (comunidade empresarial) determinou, em grande medida, o comportamento do estado norte-americano e toda a hostilidade a Goulart. Conforme explica Moniz Bandeira (1997, p. 92):

as corporações multinacionais, em busca de fatores mais baratos de produção, não podiam tolerar nos *new industrializing countries* nenhum governo de corte social-democrático que, sob influência dos sindicatos favorecesse a valorização da força de trabalho.

Em 22 de novembro de 1963, o Presidente Kennedy morreu assassinado em Dallas, Texas. Com isso, ocorreu a ascensão de Lyndon Johnson à Presidência dos EUA. Foi mantida a Aliança para o Progresso e o seu foco ideológico anti-insurrecional, mas houve uma mudança de ênfase e a política externa dos EUA – incluindo as pressões sobre o Brasil – foi intensificada (BANDEIRA, 1978, p. 144-145). Intensificou-se, também, o envolvimento de empresários na dogmática causa anticomunista. Inclusive, o Presidente Johnson recebeu conselhos de um grupo consultivo presidido por um banqueiro do Chase Manhattan e mais representantes da Standard Oil e da ITT (FICO, 2008, p. 32). Inúmeras empresas estadunidenses tinham grandes investimentos e interesses no Brasil e a campanha de desestabilização do presidente brasileiro evoluiria gradativamente para o planejamento de um golpe de Estado. Ainda que essa hipótese de golpe de Estado estivesse presente por todo tempo na psiquê da campanha de desestabilização iniciada por Kennedy, foi no final de 1963 que a ajuda concreta dos EUA aos golpistas brasileiros se aprofundou.

Constituiu-se, dessa forma, sob o comando dos EUA, uma ousada e sem precedentes força-tarefa que auxiliou definitivamente na retirada de Goulart da presidência. Tal foi o plano de contingência 2-61, que ganhou o pseudônimo de “Operação *Brother Sam*” (FICO, 2008, p. 87). Segundo documentos em domínio público liberados posteriormente pelos EUA, a operação, além de ter uma base de apoio no Panamá – local onde os EUA mantinham o comando de suas forças militares para a América Latina –, era composta pelo

[...] porta-aviões *Forrestal*, destróieres de apoio, entre os quais um com mísseis teleguiados, navios carregados de armas e mantimentos, bem como de quatro petroleiros [...] sete aviões de

transporte C 135, levando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça, oito aviões-tanque, um avião de comunicação e um posto aéreo de comando estabeleceriam uma ponte-aérea, ligando as bases norte-americanas e o Brasil (BANDEIRA, 1978, p. 174).

O objetivo da operação não era apenas bélico, mas, sobretudo, estratégico. O plano de contingência estadunidense não previa somente a operação *Brother Sam*, mas também estabelecia linhas de ação – que ocorreram perfeitamente durante o golpe – como o controle militar temporário, a posse do presidente da Câmara e uma posterior eleição de um novo presidente (FICO, 2008, p. 93).

No entanto, não havia entre os golpistas brasileiros data nem base definidas para iniciar a “revolução”; havia apenas uma senha, a qual seria acionada diante de qualquer ato de força do Governo Federal. Ou seja, qualquer ato contra o Congresso, contra os governadores ou qualquer outro ato que pudesse dar “legitimidade” para iniciar-se o golpe. A criação de um consenso entre as tropas militares e o poder civil que as deveria amparar em relação à saída da legalidade ampliava-se paulatinamente e a base mais sólida desse entendimento estava em Minas Gerais (GASPARI, 2002, p. 56).

Assim, ainda que de forma mais ou menos antecipada, o General Olympio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, lançou o golpe de Estado, em 31 de março, e deslocou suas tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro para tomar de assalto o Ministério da Guerra e depor o Presidente Goulart, que por lá se encontrava. No entanto, para garantir que a deposição de fato prosperasse, o General Amaury Kruel, comandante do poderoso II Exército do estado-chave de São Paulo, deveria invariavelmente aderir à ação conspiratória. O General Kruel, velho amigo de Jango e ex-Ministro da Guerra (1962-1963), por volta das 10 horas do dia 31 de outubro, telefonou, em tom de ultimato, para Goulart, e impôs que o Presidente proibisse todos os movimentos populares e afastasse seus auxiliares apontados como comunistas (Abelardo Jurema, Raul Riff e Darcy Ribeiro) em troca da garantia do seu mandato. Goulart, porém, recusou a proposição e, em vista disso, o General ordenou que suas tropas se unissem às tropas do General Mourão e seguissem em direção ao Rio de Janeiro (TOLEDO, 1984, p. 105-106). Numa revelação importante, ocorrida em fevereiro de 2014, o coronel reformado do Exército Erimá Pinheiro Moreira afirmou em depoimento à Comissão da Verdade da Câmara

Municipal de São Paulo que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) subornou o General Kruel com a quantia de US\$ 1,2 milhão e que o dinheiro havia sido enviado pelo governo americano. Esse depoimento revela que a decisão de Kruel pode ter tido mais peso econômico do que apenas ideológico (GOMES, 2014).

O ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, também telefonou a Goulart com o mesmo ultimato de Kruel, exigindo que o Presidente rompesse com toda a esquerda (GASPARI, 2002, p. 103). Goulart, no entanto, não aceitou trair a esquerda, tampouco optou por resistir, visto o derramamento de sangue que essa atitude iria gerar. Notadamente, o governo de Washington apoiou e inspirou a rebelião, reconheceu a beligerância de Minas Gerais e estava pronto para intervir militarmente no Brasil caso houvesse resistência do Governo Federal. Esse fato de os EUA apoiarem as forças golpistas e a própria decisão de Kruel de marchar junto com as tropas do general Mourão, possivelmente também influenciaram sobre as decisões de Goulart de não resistir com a luta armada (BANDEIRA, 1978, p. 181).

Com o comboio da operação *Brother Sam* aproximando-se da costa brasileira, os comandantes dos vários corpos militares foram aderindo ao golpe. Em contrapartida, com a proximidade das tropas mineiras e paulistas do Rio de Janeiro, o Presidente, no dia 1º de abril, parte para Brasília e, de lá, para Porto Alegre (RIBEIRO, 1985). Quanto a isso, pode-se utilizar a conhecida expressão de que o Exército Brasileiro “dormiu janguista no dia 31 e acordou revolucionário no dia 1º”.

Na madrugada do dia 2 de abril, enquanto Goulart voava para o Rio Grande do Sul, o líder latifundiário e presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vacante a Presidência da República – foi a versão parlamentar do golpe (FICO, 2008, p. 103). Ranieri Mazzili, então presidente da Câmara, após a votação inconstitucional, foi empossado como sucessor de Goulart. Passadas apenas algumas poucas horas, Lyndon Johnson saudava com entusiasmo, através de um telegrama, o novo presidente brasileiro (TOLEDO, 1964, p. 106). Em um trecho do documento, Johnson afirmava que “as relações de amizade e cooperação entre nossos dois governos e povos representam um grande legado histórico e arma preciosa para os interesses da paz, da prosperidade e da liberdade neste hemisfério e no mundo” (GASPARI, 2002, p. 115). Esse

imediatismo do governo estadunidense em reconhecer o novo presidente do Brasil – enquanto Jango ainda estava em terras brasileiras – tinha como objetivo justificar perante a opinião pública qualquer ação militar dos EUA caso Brizola e Goulart ainda resistissem com o apoio do III Exército no Rio Grande do Sul (BANDEIRA, 1978, p. 183).

Brizola novamente organizava a população para resistir ao golpe de Estado e, acompanhado de um grande número de populares, marchou a fim de depor o governador Ildo Meneghetti, o qual, ao saber da ação, partiu para o interior do estado do Rio Grande do Sul (BANDEIRA, 1979, p. 96). Os setores democráticos, tendo na memória a Campanha da Legalidade, acreditavam que a resistência poderia acontecer a partir do Sul. Brizola que, por sua vez, não se conformava em desistir da luta, apelou veementemente a Goulart para a necessidade de estabelecer-se uma resistência armada. Contudo, as forças militares do estado gaúcho estavam bastante divididas entre legalistas e golpistas. Brizola sugeriu então, a Goulart, que o nomeasse a si Ministro da Justiça e ao General legalista Ladário Pereira Teles como Ministro da Guerra para, juntos, organizarem a resistência (BANDEIRA, 1979, p. 97). Jango recusou qualquer forma de reação e, no dia 4 de abril, seguiu para o exílio no Uruguai.

No dia 1º de abril, Castelo Branco, futuro presidente, estava em contato com Lincoln Gordon e disse que não iria mais precisar do apoio logístico estadunidense (FICO, 2008, p. 98). Assim, a operação *Brother Sam* foi cancelada oficialmente às 17h22m do dia 2 de abril (CORREA, 1977, p. 45), mas manteve-se atuante no território brasileiro até a tarde do dia 3 de abril, quando uma manobra simulada tentava encobrir e disfarçar toda a operação (CORREA, 1977, p. 18). Contrariando os próprios prognósticos da CIA, que previa uma reação e até mesmo uma guerra civil em solo brasileiro, não foi preciso oferecer mais do que apoio diplomático aos militares que promoveram o golpe, e a operação *Brother Sam* pode ser cancelada sem ter sido necessário disparar-se um só tiro. Segundo Elio Gaspari (2014, p. 14), “Johnson apoiou o golpe e orgulhava-se disso, mas apenas seguiu a planilha de Kennedy”.

Pela primeira vez, no Brasil, a pressão dos trabalhadores alcançava protagonismo e influenciava as decisões políticas do Governo Federal. Esse é o ponto fundamental que aguçou a crise de dominação de classe, à medida que a burguesia abandonou qualquer apoio a Goulart e qualquer projeto de nação para

seguir as determinações do imperialismo estadunidense. Não sobrou apoio a Goulart em meio à turbulência social, senão da massa de assalariados. Constituiu-se nitidamente a luta de classes e essa contradição entre o Estado burguês e o Governo trabalhista acabaria por liquidar Goulart. Mostrou-se, mais uma vez, a consequência da política de conciliação de classes. Restava ainda a opção final de liderar uma revolução social, como Brizola invocava, mesmo que ela arrostasse as consequências de uma guerra civil e a intervenção estadunidense (BANDEIRA, 1978, p. 178).

O governo de Jango foi derrubado pelos seus acertos pois, de fato, houve bastante proximidade com os setores nacionalistas e populares e o reconhecimento da legitimidade de suas reivindicações. Nas palavras de Brizola o golpe foi “[...] contra todos nós, trabalhistas, na medida em que representávamos os interesses dos assalariados, defendíamos as riquezas do País e o desenvolvimento independente de nossa economia” (BANDEIRA, 1979, p. 182). As reformas democrático-burguesas, ainda que não visassem ao socialismo, tendiam a viabilizar o capitalismo brasileiro, arrancando-o do atraso e dando maior autonomia ao País. A reforma agrária, contra a qual foram duramente contra as classes dominantes nacionais e o próprio imperialismo estadunidense, constituía, sobretudo, um instrumento para a ampliação do mercado interno, sendo que ela permanece necessária ainda hoje para o pleno desenvolvimento do próprio parque industrial nacional (BANDEIRA, 1978, p. 164).

No período de sua deposição, mesmo com as vulgares campanhas oposicionistas, Goulart apresentava elevado índice de popularidade, com 76% da opinião pública a seu favor (BANDEIRA, 1997, p. 95). No entanto, a aceitação de Goulart ao parlamentarismo e a busca por um governo – em diversos momentos – conciliatório, impediram o país de desvencilhar-se da dependência. A guinada à esquerda e a sanção da medida mais importante de oposição ao imperialismo – a Lei de Remessa de Lucros – somente ocorreram depois que o governo apresentou pouca sustentação política.

Por fim, o golpe de Estado em 1964 foi um claro episódio de luta de classes. Estabeleceu-se um estado de exceção escorado pelos monopólios internacionais que, mediante um processo de contrarrevolução permanente, impuseram sua hegemonia econômica e política à sociedade brasileira (BANDEIRA, 1978, p. 186). Nas palavras de Gilberto Vasconcellos (2005, p. 26):

Em 1964 o liberalismo dá um golpe de Estado, prende, tortura, mata, depreda a cultura, arrocha o salário, elimina as lideranças trabalhistas e nacionalistas, entrega o país ao domínio das multinacionais e do imperialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A muitos leitores parecerão absurdas essas ideias; não pretendo convencer desde já todos, espero que o tempo e o raciocínio irão despertar neles simpatias por elas e a convicção da sua utilidade social.

(“Manifesto maximalista”, Lima Barreto)

As principais análises a respeito dos golpes de 1954 e 1964 não consideram como fator determinante a ação do imperialismo que exerce um domínio econômico direto e político indireto sobre o País. Elas enfatizam outros aspectos e tentam explicar que os golpes ocorreram por fatores internos, ocasionais e específicos do Brasil ou, quando analisam fatores externos, fazem uma superficial interpretação em relação à Guerra Fria. A realidade é melhor entendida quando se despoja do que é acessório e se concentra sobre o que é essencial. Ocorre, muitas vezes, de forma acintosa, a colocação dos pontos secundários no lugar dos pontos principais. Isso decorre, essencialmente, por questões ideológicas que impedem que as verdadeiras questões sejam percebidas. Há, nessa lógica, um sério problema, pois a ideologia imperialista oculta seus interesses e, quanto mais isso se acentua, mais o próprio imperialismo deixa de ser encarado como a causa fundamental do atraso brasileiro.

Buscou-se aqui, ao contrário, compreender a atuação do imperialismo e de suas corporações multinacionais na economia e na política do País e demonstrar como esses agentes atuaram para impedir o desenvolvimento econômico brasileiro e, assim, manter o País dependente do estrangeiro. O capital externo, em nenhuma hipótese, pode aceitar desempenhar função secundária na vida econômica dos países subdesenvolvidos, pois necessita atuar objetivamente a fim de consolidar sua hegemonia e aumentar seus mecanismos empresariais de espoliação.

Verifica-se que existiu um projeto popular-nacionalista para enfrentar a exploração econômica das riquezas brasileiras durante os governos de Vargas e Goulart, mas, ocorreu também, em diversas situações, pactos de classes. Essa estratégia até mesmo propugnada pelo PCB e por cepalinos de aliança do proletariado com a “fração progressista” da burguesia brasileira, referenciada sob

o cânone europeu de 1789 (revolução francesa), apresentava-se como “exigência histórica” para a consolidação da “revolução democrática-burguesa” - etapa supostamente prévia e necessária para a passagem ao socialismo (TOLEDO, 1984, p. 82). No entanto, a burguesia brasileira, a qual não se comporta como um empresariado renovador e nem mesmo competitivo por si só, foi sendo gradualmente seduzida pelas vantagens aparentes que lhe ofereciam os monopólios internacionais e associou-se facilmente com tais agentes, mesmo na condição de sócia menor. Aceitou, sem constrangimento, integrar uma classe totalmente subalterna, desnacionalizada e colonizada. Assim, o peso do fator estrangeiro intensifica a influência imperialista no controle da economia e das decisões políticas brasileiras.

É nesse sentido, portanto, que, articulando a investigação, pode-se afirmar a impossibilidade de o proletariado latino-americano fazer qualquer tipo de aliança com as respectivas burguesias nacionais. Como a história comprova, embora em algumas circunstâncias a burguesia local atrite-se com a burguesia internacional ou com as oligarquias agroexportadoras, no limite, invariavelmente, ela sempre se alinhou com ambas. Para a classe burguesa, interessa-lhe apenas a unidade sem luta de classes. Assim, no momento em que os movimentos populares se organizaram, durante os governos trabalhistas, e suas reivindicações ganharam força política, a burguesia nacional esqueceu quaisquer diferenças com os setores externos e com o latifúndio para fazer frente a essa insurgência. Segundo Darcy Ribeiro (1983, p. 14), não há conciliação possível, pois as classes sociais são eminentemente antagônicas, isto é, são fundadas na concepção de uma sociedade estratificada (dominantes e dominados). Ressalta-se, destarte, que os golpes de Estado ocorreram numa aliança burguesia-latifúndio-imperialismo e que o corolário lógico policlassista do desenvolvimento, o qual se assenta na tese da contradição entre a burguesia nacional e o imperialismo, é, por si mesmo, insuficiente. Rui Mauro Marini (2012, p. 151) confirma a impossibilidade de uma “frente única” (proletariado e burguesia nacional) nos seguintes termos: “a partir do ponto no qual as reivindicações populares mais amplas se uniram às demandas operárias, a burguesia [...] abandonou totalmente a ideia da frente única de classes e voltou-se massivamente para as hostes da reação”.

Os golpes de Estado foram executados para impedir o desenvolvimento do País e para converter o Brasil em sustentáculo da dominação dos Estado Unidos

na América Latina. O trabalhismo, depois de ser interrompido em 1954, foi perseguido e finalmente eliminado em 1964. De forma abrupta, iniciou-se, assim, uma irrupção do fluxo histórico brasileiro e reverteu-se toda a ordem natural, com efeitos penduráveis sobre a população até os dias de hoje (RIBEIRO, 2006, p. 208). Nenhum governante que tentou efetivar um projeto nacional de desenvolvimento e/ou efetuar reformas estruturais necessárias manteve-se no poder. Nelson Werneck Sodré (2010, p. 125) salienta como qualquer ideia de alteração ao regime de obediência imperialista sofre impositiva repressão:

Vargas foi deposto e levado ao suicídio porque pretendeu combater a desenfreada remessa de lucros de alguns investimentos estrangeiros, que acabou por denunciar em sua carta-testamento, e por ter permitido a fundação da Petrobrás e da Eletrobrás. João Goulart foi deposto tão simplesmente porque acenou com as chamadas “reformas de base”. Isto para só mencionar dois exemplos clamorosos e bem conhecidos.

Disso se torna imperativo afirmar que, para executar tais aspirações sociais, é necessário fazer previamente a revolução brasileira (RIBEIRO, 1983, p. 170). Darcy Ribeiro (1983, p. 221) mostra como “uma revolta local dotada de um programa político pode ser o começo de um amplo movimento revolucionário”. No período investigado, observa-se que as ansiedades coletivas agudizavam-se dia após dia e houve possibilidades para uma verdadeira revolução, contudo, essas oportunidades foram perdidas. Esses fatos ocorreram sobretudo durante o governo Goulart – por exemplo, após a vitória da Campanha da Legalidade, depois da vitória do presidencialismo ou mesmo no confronto com os militares golpistas em 1964. Foram os compromissos de classe que impediram qualquer ação popular. Segundo Marini (2012, p. 161):

o verdadeiro estado de guerra civil implantado no Brasil pelas classes dominantes, do qual a ditadura militar é expressão, não pode ser superado através de fórmulas de compromisso com alguns estratos burgueses. O esvaziamento desses compromissos, frente à marcha implacável das contradições que o desenvolvimento do sistema coloca, impulsiona necessariamente a classe operária para as trincheiras da revolução.

O conceito de revolução brasileira começou com a carta-testamento de Getúlio Vargas, em 1954, afirma Nelson Werneck Sodré (VASCONCELLOS, 2005, p. 41). Dessa forma, ainda que a ideologia do *status quo* busque desmobilizar qualquer ideia de revolução como sendo um movimento delirante e, assim, tenta retirar de nossas vidas o horizonte possível, cada vez mais a

revolução brasileira torna-se necessária para interromper o avanço do saqueio pelas remessas de lucros para o estrangeiro, a exploração da força de trabalho e para que possamos reger o nosso próprio destino. A revolução significa, sobretudo, liberdade, pois o que temos com a espoliação econômica é um atentado contra qualquer efetivação da liberdade social. Na opinião de Darcy Ribeiro (1983, p. 219): “ninguém faz revolução porque quer e ninguém deixa de evitá-la porque gosta. Por isso, também, a revolução só é admissível onde se tornou inevitável”. Quando as classes dominadas conscientizarem-se da importância de lutarem até o fim para ocorrer a transformação social, não haverá nenhuma potência superior a barrar a sua liberdade. Assim, a noção de revolução precisa nortear o pensamento político brasileiro, pois ao passo que se aprofunda o subdesenvolvimento brasileiro, ela se torna inevitável. Para Gilberto Vasconcellos (2005, p. 41) a revolução brasileira está na “necessidade de eliminar a economia colonial ou dependente, cuja dinâmica está estruturada em função de interesses e objetivos localizados fora do país”. Ou seja, a revolução é necessária

não só porque não há outro meio possível de derrubar a classe dominante, senão também porque a classe que opera esse transtorno só na revolução consegue desembaraçar-se de todos os velhos refugos e assim chegar a ser capaz de dar novos fundamentos à sociedade (RIBEIRO, 1983, p. 220).

Buscou-se, nesta investigação, demonstrar o caráter opressor do imperialismo e, não menos pertinente, das classes dominantes brasileiras. Precisa-se, portanto, reordenar as amplas camadas da população a fim de fazer frente a toda forma de dominação. Pois, está cada vez mais próxima do que se admite, a possibilidade de ascensão de um processo revolucionário.

Pretende-se, em futuras investigações, avançar no estudo dos temas aqui propostos e, sobretudo, a respeito dos possíveis modelos de ação renovadora, adequando-os às condições específicas dos países latino-americanos. Leonel Brizola, no início de 1962, elucidou de forma sintética a problemática brasileira e, diante daquela realidade, defendeu a necessidade de haver uma ação revolucionária. Passou-se um pouco mais de meio século e a opção pelo neoliberalismo acabou por aprofundar ferozmente todas as mazelas do País. A revolução brasileira, mais do que nunca, está na ordem do dia. Nas próprias palavras de Brizola:

Há duas alternativas: reformas pela evolução ou reformas pela revolução. E quando digo “reformas” não quero dizer em Acordo

de Livre Comércio, que levará doze anos para produzir magros rendimentos; nem tampouco um programa de colonização que pudesse dar a dez, vinte ou a cinquenta mil camponeses áreas de terras áridas, sem maquinaria agrícola, crédito e conhecimento para torná-la fértil. Não me refiro tampouco às reformas financiadas por uma Aliança de dez anos, executada através das oligarquia locais. A América Latina precisa de milhares de escolas, este ano; uma reforma agrária que comece a dar terras a milhares de camponeses, hoje; um programa da industrialização que desenvolva os recursos ociosos e proporcione milhões de empregos, agora. Em resumo, precisamos modificar toda a estrutura econômica-social de nosso continente. E, ela se modificará – seja ou não pela violência. Aqui, no Rio Grande do Sul, estamos jogando nossa própria vida na convicção de que isso pode ser feito pela via pacífica (SCHILLING, 1979, p. 226-227).

Eis também uma bela reflexão de Paulo Freire:

A revolução é biófila, é criadora de vida, ainda que, para criá-la, seja obrigada a deter vidas que proibam a vida. Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma “morte em vida”. E a “morte em vida” é exatamente a vida proibida de ser vida (2012, p. 182).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITH, Marcio. O encontro secreto de Jango e Bob Kennedy. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12/08/2001. Disponível em: <goo.gl/NQZGii>. Acesso em: 03 nov. 2017.

ALMEIDA, Lucio Flávio Rodrigues de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: EDUC, 2014.

_____. **Uma ilusão de desenvolvimento**: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ARANTES, Paulo. **Um depoimento sobre padre Vaz**. Síntese, v. 32, n. 102, 2005. p. 5-24.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012. (Coleção Pátria Grande: 2).

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, C. N. (Orgs.). **1964**: visões críticas do golpe. Campinas: UNICAMP, 1997.

BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república**: de 1930 a 1960. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1991.

BENAYON, Adriano. Getúlio Vargas - aprendendo com os erros. **Blog do Adriano Benayon**. Brasília, 31/08/2015. Disponível em: <goo.gl/QsYP4E>. Acesso em: 10 jul. 2017. [a]

_____. **Globalização versus desenvolvimento**: o jogo das empresas transnacionais – ETNs – e a periferização por meio dos investimentos diretos estrangeiros – IDEs. Brasília: LGE, 1998.

_____. O jogo da oligarquia imperial. **Blog do Adriano Benayon**. Brasília, 17/08/2015. Disponível em: <goo.gl/xcYJAd>. Acesso em: 10 jul. 2017. [b]

_____. O poder mundial e nós. **Blog do Adriano Benayon**. Brasília, 25/09/2015. Disponível em: <goo.gl/npmAav>. Acesso em: 13 nov. 2017. [c]

_____. Três aniversários. **Blog do Adriano Benayon**. Brasília, 11/09/2012. Disponível em: <goo.gl/h7qD4r>. Acesso em: 26 ago. 2017.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultura, 1984. (Coleção Os Economistas).

CARRERI, Marcio Luiz. **O socialismo de Oswald de Andrade**: cultura, política e tensões na modernidade de São Paulo na década de 1930. São Paulo: CRV, 2015.

CATARINO, Geraldo. **Segredos da propaganda anticomunista**: documentos diplomáticos revelam a atuação do IRD, um departamento secreto do governo britânico, no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

COLISTETE, Renato Perim. A força das ideias: a CEPAL e o industrialismo no Brasil. In: SZMRECSANYI, T.; SUZIGAN, W. (Orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Edusp, 2002.

CORREA, Marcos de Sá. **1964**: visto e comentado pela Casa Branca. Porto Alegre: L&PM, 1977.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930**: o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DINES, Alberto; CALLADO, Antônio; NETTO, Araújo et al. **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1986.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FILHO, Leite. **Brizola tinha razão**. São Paulo: Celta, 1987.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: ESPJV/Editora UFRJ, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Rodrigo. Coronel afirma que Fiesp subornou general para apoiar golpe contra Jango em 1964. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 19/02/2014. Disponível em: <goo.gl/SSp80K>. Acesso em: 13 out. 2017.

KALECKI, Michael. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Teoria da dinâmica econômica**: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Abril, 1983. (Coleção Os economistas).

LAGE, Nilson. **A lavagem cerebral** [título atribuído]. 18/07/2017. Disponível em: <https://goo.gl/6emSf4>. Acesso em: 18 jul. 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1987. (Coleção Bases, v. 23)

- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista 1848**. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- MONIZ, Edmundo. **O golpe de abril**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MUNTEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A. D. **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco De. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 1972. Disponível em: <goo.gl/HWHabV>. Acesso em: 8 set. 2017. [Republicado em: _____. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1973.; reed.: _____. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. Prefácio de Roberto Schwarz. São Paulo: Boitempo, 2003.]
- PAIVA, Beatriz. PROGRAMA PENSAMENTO CRÍTICO: Seguridade e previdência. **Entrevista com Beatriz Paiva e Jaime Hilleshein**. 45'15", 2017. Disponível em: <https://goo.gl/Gxs6iL>. Acesso em: 20 mai. 2017.
- PAULO, Diego M.D. Leonel Brizola e a defesa da democracia: um estudo de O Panfleto (1963-1964). **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**. Florianópolis, v. 7, n. 2, mai./ago. 2017. p. 374-387
- PEREIRA, Osny Duarte. **Que é a constituição: crítica à Carta de 1946 com vistas a Reforma de Base**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.
- _____. Nossa herança política. In: MUNTEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A. D. (Orgs.). **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- _____. **O dilema da América Latina: estrutura de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. **1964: O governo João Goulart**. 32'43", 2014. Disponível em: <goo.gl/tfhkFZ>. Acesso em: 12 set. 2017.
- SCHILLING, Paulo R. **Como se coloca a direita no poder: os protagonistas**. São Paulo: Global, 1979.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Hélio Ribeiro da. **O ciclo de Vargas: 1954: um tiro no coração**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **O golpe de 1964: 1964/1968**. São Paulo: Editora Três: Editora Brasil 21, 2004. (História da República Brasileira; 19)
- SOBRINHO, Barbosa Lima. **Estudos nacionalistas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. (Coleção Retratos do Brasil, v. 154).

- SODRE, Nelson Werneck. A farsa do neoliberalismo. In: SODRE, Olga. (Orgs.). **Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional**. Itu: Ottoni, 2010.
- _____. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, C. N. (Orgs.). **1964: visões críticas do golpe**. Campinas: UNICAMP, 1997.
- SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2008.
- SZATKOSKI, Elenice. **O jornal panfleto e a construção do brizolismo**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <goo.gl/JxAZ1C>. Acesso em: 10 set. 2017.
- TENDLER, Sílvio. Jango. **Youtube**, 1984. Disponível em < goo.gl/kj9fDQ>. Acesso em: 15 out. 2017.
- TERRA, Mano. **Raízes da América Gaúcha**. Florianópolis: Grupo de Arte e Cultura "Ilha Xucra", 1993.
- TOLEDO, Caio Navarro De. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. p. 13-28.
- _____. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **A jangada do sul: Getúlio, Jango e Brizola**. São Paulo: Casa Amarela, 2005.
- _____. **Darcy Ribeiro: a razão iracunda**. Florianópolis: UFSC, 2015.
- _____. **Depois de Leonel Brizola**. São Paulo: Caros Amigos, 2008.
- _____. [Entrevista]. **Fazendo Media**. Niterói, 18/01/2006. Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com/novas/entrevista180106.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2017.
- _____. Nildo Ouriques, discípulo de Ruy Mauro Marini, detona os cipayos esclarecidos de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**. Florianópolis, v. 4, n. 3, set./dez. 2014. p. 416-456. [a]
- _____. **O enguiço das ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2014. [b]